

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

TERMALISTUR – TERMAS DE S. PEDRO DO SUL E.M., S.A.

2018

## 1-NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do art. 28º dos estatutos, o Conselho de Administração da **“Termalistur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.”** remete à Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Informação da Gestão, as Contas do Exercício e demais documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2018.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2018.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.

TERMAS DE  
S. PEDRO DO SUL

## 2-APRESENTAÇÃO DA EMPRESA



### *Identificação:*

---

Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.

### *Sede Social:*

---

Praça Dr. António José de Almeida – Termas de S. Pedro do Sul

3660 – 692 Várzea SPS

### *Caracterização Jurídica:*

---

Sociedade Anónima com o n.º de pessoa colectiva 506817997

### *Capital social:*

---

O capital social da empresa é no montante de 4.559.379 € (3.320.335,73 € em dinheiro e 1.239.043,27 € em espécie), estando totalmente realizado e é detido integralmente pelo Município de S. Pedro do Sul, a 31/12/2018, a empresa detinha um capital social de 4.559.379 acções, ao valor nominal de 1 euro por acção.

### *Contactos:*

---

Telefone: 232 720 300

Fax: 232 712 152

Internet/email: [www.termas-spsul.com](http://www.termas-spsul.com) / [geral@termas-spsul.com](mailto:geral@termas-spsul.com)

### 3-ÓRGÃOS SOCIAIS



Nos termos dos seus estatutos, a Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A., tem o seu Conselho de Administração composto por três Administradores, sendo um Presidente e dois Vogais.

O Conselho de Administração nomeado pela Assembleia Geral da Termalitur para o quadriénio 2018/2021, tem a seguinte composição:

**Presidente:**

Dr. Victor Jorge Paiva Leal

**Vogal:**

Dr. Fernando Varanda Aido

**Vogal:**

Dra. Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho

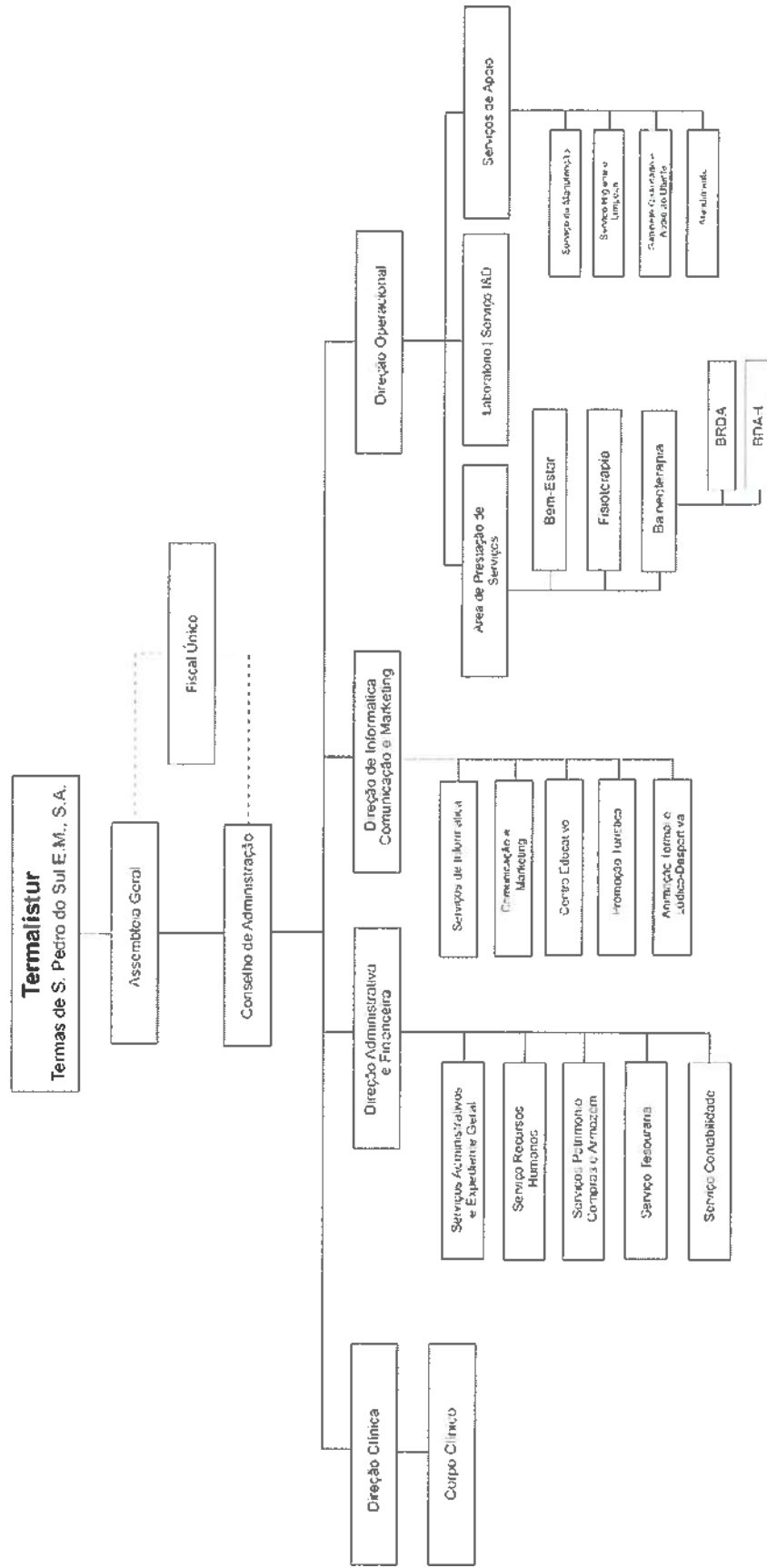
**Fiscal Único:**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Vítor Campos & José  
Pereira, SROC, Lda., representada pelo  
Dr. António Vítor de Almeida Campos

# 4-ORGANIGRAMA



## ORGANIGRAMA



*[Handwritten signature]*

## 5-ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



Após uma aceleração da atividade mundial em 2017 e de acordo com a generalidade dos analistas, durante 2018 continuou a registar-se uma expansão sólida da economia mundial apesar de se notar um certo nível de abrandamento. Devido essencialmente ao aumento dos custos comerciais e ao desfavorecimento das condições financeiras em algumas partes do mundo, o declínio do crescimento económico em muitas das grandes economias antecipou-se ao que era previsto.

Desde a última crise económica, várias medidas conseguiram melhorar a estabilidade financeira, tanto a nível global como ao nível de cada país, mas o trabalho permanece incompleto em muitos aspetos. Devido à materialização de alguns riscos, como o aumento do protecionismo comercial, e também de uma perspetiva económica mais fraca em algumas das principais economias emergentes, registou-se uma maior disparidade nas taxas de crescimento entre os diferentes países.

Num contexto de elevada incerteza política, uma intensificação das tensões comerciais pode abalar os sentimentos dos mercados comerciais e financeiros, bem como estimular a sua volatilidade, diminuindo o investimento e o comércio. No mesmo sentido, um aumento das barreiras comerciais trará necessariamente ruturas nas cadeias de fornecimento globais, que se tornaram uma parte integrante do processo produtivo nas últimas décadas, bem como atrasar a expansão de novas tecnologias, levando à redução da produtividade e bem-estar globais.

Ainda assim, as condições dos mercados financeiros e de trabalho continuaram favoráveis, bem como os elevados níveis de confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas.

## 5.1. A NÍVEL INTERNACIONAL

Ao longo do primeiro semestre de 2018, o crescimento do PIB mundial manteve-se robusto, mas notou-se alguma disparidade na evolução da atividade entre as diversas economias, tendo-se verificado um abrandamento do crescimento na área do euro, no Reino Unido e no Japão, e o oposto nos Estados Unidos. Segundo dados do Banco de Portugal, nos Estados Unidos registou-se um aumento em termos homólogos de 2,7% do PIB, ficando acima do ritmo de crescimento registado ao longo de 2017, o que reflete a manutenção do crescimento do consumo privado e das condições monetárias e financeiras favoráveis, bem como da aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, não esquecendo a melhoria continuada da situação no mercado de trabalho. Para a área do euro, como já referido, a atividade económica registou um abrandamento face ao crescimento forte registado em 2017, ainda assim mantendo um crescimento robusto (2,3% em termos homólogos, face a 2,8% no segundo semestre de 2017). No Reino Unido, o PIB aumentou 1,2% em termos homólogos, mas ficou abaixo do crescimento registado no segundo semestre de 2017 (1,5%). Em termos anuais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento do PIB mundial de 3,7%.

A expansão da atividade foi acompanhada de um aumento moderado da inflação total, impulsionada pelo aumento dos preços de energia nos primeiros seis meses do ano, com comportamentos diferenciados entre as maiores economias. Nas economias avançadas, a inflação core (excluindo produtos alimentares e energéticos) continuou abaixo dos objetivos dos bancos centrais. Na área do euro, para a primeira metade de 2018 a inflação aumentou face ao final de 2017, depois de alguma irregularidade nos primeiros meses do ano. Já nas economias emergentes, excluindo a hiperinflação da Venezuela, a inflação core permaneceu abaixo da média dos últimos anos.

Segundo dados do FMI, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo bens alimentares e energéticos situou-se em torno dos 1,0% durante o primeiro semestre de 2018, superando os níveis particularmente baixos registados em 2014 e 2015. Para o conjunto do ano, prevê-se um aumento da inflação, tanto nas economias avançadas - onde se prevê uma taxa de 2,0%, comparando com 1,7% no ano anterior - como nas emergentes e em desenvolvimento (excluindo a



Venezuela) – de 4,3% para 5,0% -, refletindo os recentes aumentos nos preços dos bens. Para a área do euro, o BCE prevê que a inflação homóloga medida pelo IHPC se situe nos 1,8% em 2018.

Em relação às transações económicas, num contexto de desaceleração da atividade global e de tensões comerciais associadas a anúncios de políticas protecionistas, a taxa de crescimento do comércio mundial de bens desacelerou para os 4,4% no primeiro semestre de 2018, comparando com os 5,2% registados no segundo semestre de 2017, ainda assim continuando num ritmo de crescimento sólido. Quanto às importações, verificou-se também um abrandamento nas economias avançadas.

Na Europa, tanto as exportações como as importações desaceleraram na área do euro e no Reino Unido. Ainda assim, para a área do euro registou-se um crescimento do consumo privado ao longo do primeiro semestre de 2018, apesar de ligeiramente inferior ao verificado em 2017, continuando a ser suportado pelas condições financeiras favoráveis e pela melhoria do mercado de trabalho. Já no Reino Unido, ficou ligeiramente abaixo do registado em 2017, situando-se nos 1,1%. No mesmo período, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) registou um crescimento de 2,4% na área do euro, em termos homólogos, representando, ainda assim, uma desaceleração face aos 2,9% registados no segundo semestre de 2017. Também a procura interna manteve um crescimento robusto, em particular a FBCF. Quanto à procura externa, o BCE prevê que esta se situe nos 4,3% em 2018. No Reino Unido, verificou-se um abrandamento notório da FBCF no primeiro semestre de 2018, de 3,3% para 1,1%, em grande parte devido aos elevados níveis de incerteza dos investidores empresariais, no seguimento das dificuldades ao nível das negociações referentes à saída da União Europeia. Em relação às administrações públicas, o BCE estima que o défice orçamental da área do euro tenha diminuído significativamente em 2018, espelhando as condições cíclicas favoráveis e a descida dos pagamentos de juros.

Em relação às economias emergentes, continuou a registar-se uma expansão económica idêntica à de 2017, apesar da taxa de crescimento ter sido mais diversificada entre as maiores economias, tendo-se registado um crescimento forte na China e na Índia, mas uma desaceleração no Brasil e na Turquia, tendo o aumento do preço do petróleo

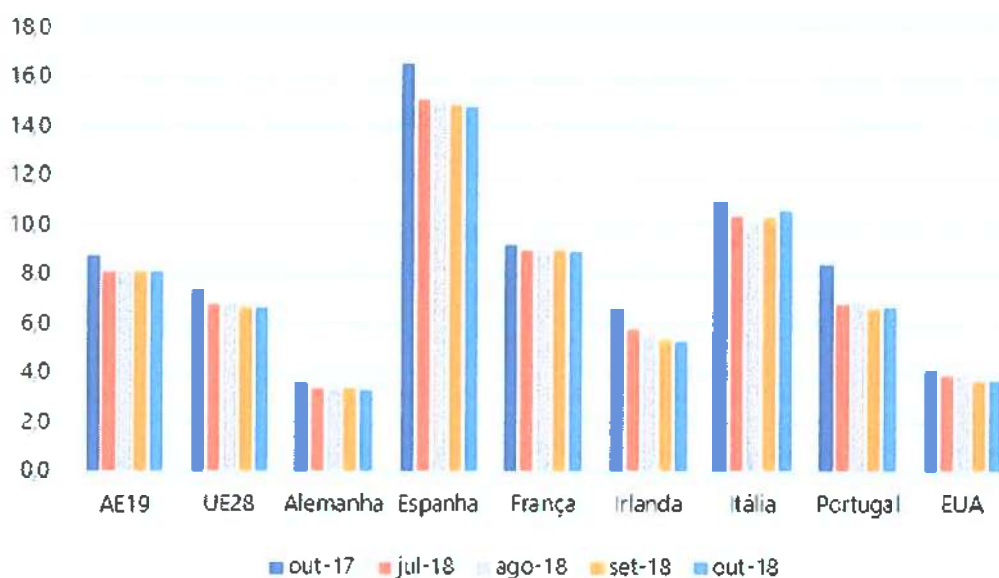


impulsionado o crescimento nas economias exportadoras de petróleo na África Subsariana e no Médio Oriente.

9  
V/L  
H

Quanto ao emprego, na área do euro continuou a registar-se um aumento, tendo-se situado cerca de 2,0% acima do nível mais alto atingido antes da crise, segundo dados do Banco de Portugal. O número de cidadãos empregados aumentou 0,3% no último trimestre de 2018, segundo dados do Eurostat, o que representa um aumento de 1,2% em termos homólogos. Quanto à taxa de desemprego, segundo dados do BCE, no terceiro trimestre de 2018 verificou-se uma descida para os 8,1%, atingindo o nível mais baixo observado desde finais de 2008. Apesar destes resultados, alguns países da área do euro ainda apresentam uma taxa de desemprego elevada, em alguns casos acima dos valores registados há dez anos. Nos Estados Unidos registaram-se as taxas de desemprego mais baixas desde 2000, verificando-se um aumento salarial mais moderado do que em 2017, refletindo, em parte, os níveis mais baixos de produtividade devidos às tensões comerciais, nomeadamente com a China.

% Total Desemprego Ajustado à Sazonalidade (Eurostat)



Quanto ao petróleo, este apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018, tendo o preço do Brent, nos primeiros nove meses do ano, apresentado uma tendência ascendente, atingindo cerca de 86 USD/barril, resultante do prolongamento dos cortes na produção acordados entre os países da OPEP, do colapso da produção na Venezuela e das expectativas de redução das exportações do Irão. Por outro lado, a reunião dos

países produtores de petróleo que teve lugar no final de junho fez alterar esta trajetória, tendo sido acordado o aumento da produção de petróleo, o que levou a uma baixa do preço do barril para 71 dólares. Nos últimos meses do ano, verificou-se um significativo crescimento da produção nos EUA, o que levou a uma queda de mais de 20% no preço do petróleo durante o mês de outubro, situando-se perto dos 67 USD/barril, um valor mais próximo dos registados no início do ano.

Em relação aos mercados financeiros, ao longo do primeiro semestre de 2018 registaram-se diversos picos de volatilidade, relacionados com a aplicação de medidas protecionistas dos EUA, bem como à instabilidade política em alguns países da área do euro. Quanto aos principais índices acionistas, registaram-se valores muito diferenciados desde finais de 2017, destacando-se a valorização do índice norte-americano e o desempenho muito negativo do índice chinês, sendo que na área do euro e no Japão também se notou uma queda, apesar de mais contida.

No mercado obrigacionista, as condições nos mercados de obrigações soberanas permaneceram estáveis no último trimestre de 2018, à exceção do mercado italiano, devido à incerteza política envolta nesse país. Quanto às taxas de juro da dívida pública, observou-se uma subida nos EUA e no Reino Unido, sendo que na área do euro registou-se uma maior volatilidade. As yields a longo prazo e os spreads soberanos cresceram genericamente, tendo, em meados de setembro, a yield a 10 anos do Tesouro dos EUA subido para cerca de 3,0%, enquanto que as yields alemãs desceram para 0,45%, e as do Reino Unido permanecido nos 1,5%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assim, e tendo por base o índice do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2018 situava-se nos 1,2065, tendo apresentado um perfil ascendente até meados de abril, registando-se de seguida uma queda até meados de agosto, onde chegou a atingir os 1,137, começando depois a apresentar uma maior volatilidade até ao final do ano, tendo fechado com 1,145. O perfil foi idêntico quanto à cotação EUR/CHF, mas com uma maior volatilidade, tendo começado nos 1,1718, atingindo o valor máximo de 1,1986 no final de abril e o valor mínimo de 1,1275 em setembro, terminando o ano nos 1,1269. Quanto à libra esterlina, verificou-se uma elevada volatilidade ao longo do ano, apesar das taxas cambiais iniciais e finais face ao EUR não terem praticamente sofrido alteração (0,88953

e 0,89453, respetivamente). Em relação ao iene, verificou-se uma trajetória descendente ao longo do ano, tendo começando em 135,35 e terminando com 125,85.

## 5.2. A NÍVEL NACIONAL

Os mais recentes dados disponibilizados pelo Banco de Portugal apontam para uma continuação da expansão económica em 2018, embora a um ritmo mais moderado e inferior ao observado em 2017, influenciado por uma procura externa menos dinâmica, notando-se, contudo, um enquadramento externo favorável à economia portuguesa. Durante o primeiro semestre de 2018, registou-se um crescimento do PIB de 2,3% em termos homólogos, 0,2% abaixo do registado no segundo semestre de 2017. Para o conjunto do ano, as projeções do Banco de Portugal encontram-se alinhadas com as da Comissão Europeia, prevendo um crescimento do PIB de 2,1%.

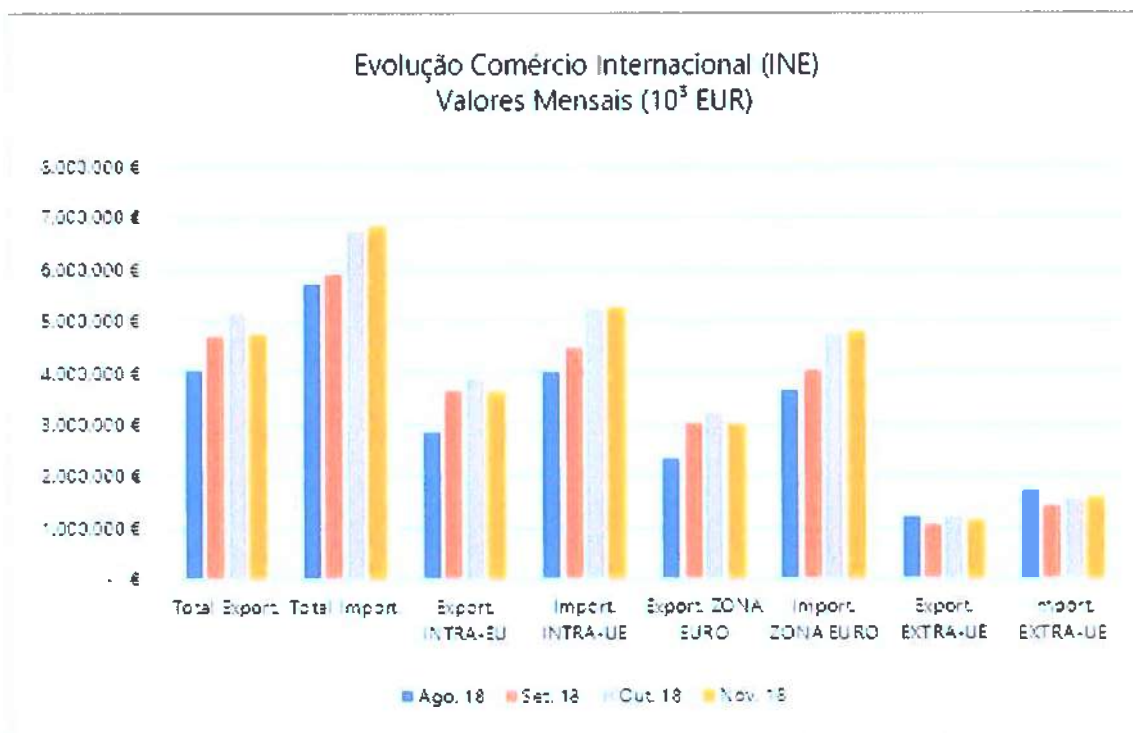
Este ritmo mais moderado de crescimento da atividade económica influenciou as exportações e a FBCF, que desaceleraram no primeiro semestre de 2018. Esta última reduziu para 4,0% no primeiro semestre de 2018, em comparação com os 7,7% registados no segundo semestre de 2017, em grande parte devido ao segmento da construção, com o crescimento muito forte do investimento em obras públicas verificado em 2017. Em relação às exportações, cresceram 6,0% no mesmo período, após um aumento de 6,7% no segundo semestre de 2017. Este menor crescimento resulta da conjugação de uma ligeira aceleração do crescimento das exportações de bens, em particular no setor automóvel, com uma desaceleração das exportações de serviços, principalmente no tocante ao turismo, tendo os exportadores portugueses de bens e serviços continuado a ganhar quota nos mercados externos, apesar do ganho ter sido inferior ao verificado no ano de 2017. Quanto às importações, verificou-se uma desaceleração, passando de um crescimento de 7,9% no segundo semestre de 2017 para 6,4% no primeiro semestre de 2018, tanto na componente de bens como de serviços, apesar de mais acentuada no segundo caso.

A evolução das exportações portuguesas encontra-se em linha com a desaceleração da procura externa, que cresceu apenas 3,4% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, abaixo dos 4,9% registados na segunda metade de 2017, refletindo o abrandamento das importações intra-área do euro. Por outro lado, registou-se uma ligeira aceleração do consumo privado tendo, no mesmo período, crescido 2,5% em

termos homólogos, refletindo o crescimento do rendimento disponível real das famílias e os níveis historicamente elevados da confiança dos consumidores.

✓✓  
9.  
+

No primeiro semestre de 2018, o VAB registou um crescimento em termos reais de 1,8% face ao período homólogo que, tal como em anos anteriores, foi inferior ao crescimento do PIB, refletindo o abrandamento do crescimento dos impostos líquidos de subsídios. Em relação à inflação, a taxa média foi de 1,2% em 2018, segundo dados da Comissão Europeia, mostrando alguma volatilidade ao longo do ano, representando uma diminuição de 0,5% em relação a 2017, associada sobretudo ao comportamento dos preços dos serviços.



Em relação à balança corrente de capital, segundo o Banco de Portugal, a mesma registou um défice de 1,7% do PIB, superior em 0,8% em relação ao período homólogo, essencialmente devido ao aumento do défice da balança de bens – de 5,8% do PIB no primeiro semestre de 2017 para 6,7% no primeiro semestre de 2018, refletindo o crescimento em volume mais forte das importações do que das exportações – e da balança de rendimento primário, cujo défice aumentou 0,4% nos mesmos períodos, situando-se nos 3,7%. De frisar também, em sentido oposto, o aumento do excedente da balança de serviços, também em 0,4%, ficando em 6,7% do PIB.



Em termos da balança financeira, Portugal continuou a ser recetor líquido de fundos, tal como ocorreu no primeiro semestre de 2017. No primeiro semestre de 2018, esta balança ficou caracterizada por uma alteração do perfil dos setores institucionais que investiram e se financiaram no exterior, sendo que as sociedades não financeiras reduziram o seu financiamento externo, enquanto que as administrações públicas obtiveram um financiamento externo marginalmente positivo. A estabilidade das condições de financiamento dos bancos tem sido acompanhada de uma aceleração do crédito bancário, num quadro em que as taxas de juro estão em níveis historicamente baixos.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa foi de 0,7% do PIB no primeiro semestre de 2018, registando uma diminuição de 0,4% face a 2017, refletindo o aumento do investimento e a redução da poupança em rácio do PIB. Ainda assim, o endividamento da economia portuguesa face ao exterior mantém-se em níveis muito elevados, tanto em termos históricos como em comparação a outros países da área do euro. Em novembro, a dívida pública voltou a registar um novo máximo histórico, superando já os 251 mil milhões de euros. Apesar do aumento nominal, continuou a registar-se uma dinâmica descendente da dívida pública em rácio do PIB, tendo-se situado nos 124,9% no final do primeiro semestre de 2018, o que representa uma quase estabilização face ao final de 2017 (124,8%), devido à conjugação de um excedente primário com uma taxa de juro do stock da dívida inferior ao crescimento nominal da economia, ainda assim permanecendo uma das mais elevadas da área do euro. Esta é uma área fundamental para a economia portuguesa, uma vez que os elevados níveis de endividamento continuam a ser uma das suas principais vulnerabilidades. Segundo dados do INE, o défice das administrações públicas situou-se em 1,9% na primeira metade de 2018 o que, em comparação com o período homólogo, corresponde a uma redução de 4,2%. A receita corrente registou um crescimento de 3,1% no primeiro semestre, resultado do forte crescimento da receita de impostos sobre a produção e importação e das contribuições sociais efetivas, que mais do que compensaram a queda registada na coleta dos impostos sobre o rendimento e o património - tendo registado uma diminuição homóloga de 1,5%, em parte explicada pelo diferente perfil de pagamento de reembolsos em sede de IRS e do diferimento do prazo do pagamento da autoliquidação do IRC -, destacando o aumento de 4,0% da receita de IVA, influenciada pelas alterações na cobrança do IVA sobre as importações extra-UE. Já o crescimento

das rubricas de capital, ficaram aquém das estimativas para o conjunto do ano (6,3% que compara com 28,7%), podendo estar associado a uma execução de fundos comunitários abaixo do previsto.

Por fim, em relação aos mercados de dívida soberana, a taxa de juro média dos leilões de Bilhetes do Tesouro, no que respeita às emissões de curto prazo, situou-se em -0,35% em 2018, o que compara com os -0,25% de 2017. Já nas taxas de colocação a longo prazo, na maturidade de 9-10 anos, a taxa média dos leilões foi de 1,8%, menos 1,2% do que em 2017.

Quanto ao mercado de trabalho, a recuperação da atividade produtiva contribuiu para a sua melhoria, registando-se um crescimento robusto do emprego e uma queda acentuada da taxa de desemprego. Em relação ao primeiro, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, registou-se um crescimento de 2,8% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, ainda assim traduzindo uma desaceleração de 0,5% face ao segundo semestre de 2017. Apesar desta desaceleração, continuou a exceder o crescimento da atividade. Quanto à taxa de desemprego, situou-se nos 7,0% em 2018, tendo diminuído 1,9% relativamente a 2017, tendo-se registado no segundo trimestre de 2018 o valor mais baixo desde o segundo trimestre de 2004. Já o número de desempregados, em 2018 diminuiu 20,9% em relação ao ano anterior, o que poderá contribuir para um maior crescimento dos salários. Contudo, devido ao cenário de evolução demográfica adversa, com uma tendência de redução da população residente e respetivo envelhecimento, o crescimento da população ativa tem abrandado, tendo-se registado em 2018, em termos de média anual, um aumento de apenas 0,3% face a 2017, o que compara com um crescimento de 0,8% no conjunto deste último.



## 6-ATIVIDADE DA EMPRESA

A Termalitur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. tem como atividade principal a gestão e exploração dos equipamentos termais, bem como das demais atividades ligadas ao termalismo que lhe venham a ser cometidas pelo Município de S. Pedro do Sul.

No ano de 2018, a empresa desenvolveu a sua atividade com normalidade. As Termas de S. Pedro do Sul continuam a ser as mais frequentadas de Portugal, tendo 33% de cota do mercado de termalismo terapêutico e 5,2% de cota do mercado de bem-estar termal. Correspondendo a uma cota de 32,6% da faturação total do mercado de termalismo em Portugal.

### 6.1. Dados de Atividade

Com o propósito de dar uma panorâmica geral das grandes rubricas da atividade da Empresa no período findo em 31 de dezembro de 2018, apresentamos de seguida um mapa comparativo e evolutivo das grandes rubricas da estrutura dos seus rendimentos:

#### Estrutura de Rendimentos

|                             | 2014         | 2015         | 2016         | 2017         | 2018         |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Evolução Recursos Humanos   | 138          | 152          | 158          | 176          | 157          |
| Nº de Aquistas              | 15 541       | 15 626       | 16 050       | 15 922       | 16 302       |
| Facturação Balneoterapia    | 3 367 092,76 | 3 101 047,58 | 3 147 161,26 | 3 134 690,05 | 3 070 146,83 |
| Facturação Fisioterapia     | 350 218,70   | 379 960,54   | 355 853,40   | 383 396,22   | 330 286,34   |
| Facturação Consultas        | 422 640,00   | 507 880,00   | 496 440,00   | 477 440,00   | 465 760,00   |
| Facturação Bem-Estar Termal | 146 513,12   | 160 049,05   | 162 861,63   | 191 829,47   | 204 201,00   |
| Facturação Merchandising    | 10 125,00    | 11 630,04    | 11 331,13    | 13 415,50    | 11 639,82    |
| Facturação Aparelhos        | 28 309,58    | 30 501,66    | 30 481,56    | 31 960,86    | 30 353,76    |
| Facturação Dermocosmética   | 47 699,72    | 90 190,21    | 102 120,70   | 163 460,45   | 166 559,27   |
| Facturação Geotermia        | 10 560,00    | 10 560,00    | 10 560,00    | 10 560,00    | 10 560,00    |

Como se pode verificar pelo mapa apresentado, a empresa laborou com uma redução de cerca de 39 Colaboradores, tendo conseguido um aumento de 380 (cerca de mais 2,39%) Aquistas em relação ao período anterior.

*Vol*  
*[Signature]*

Em relação ao volume de faturação, continua a verificar-se uma quebra na balneoterapia, cerca de menos 2,06%, na fisioterapia, cerca de menos 13,85% e nas consultas que também diminuíram cerca de 2,45%.

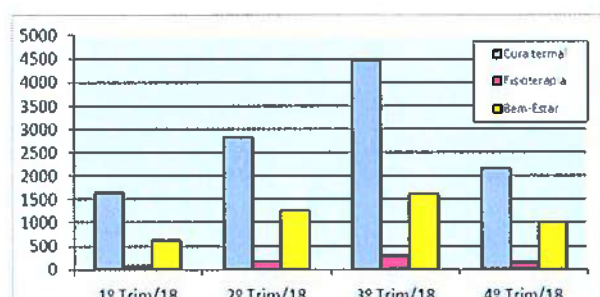
Em sentido contrário, verificamos que o bem-estar termal teve um acréscimo de 12.372 Euros cerca de mais 6,45%.

Já no que concerne às vendas, assistimos no corrente período a um acréscimo nas vendas de produtos de dermocosmética, tendência que se vem mantendo desde o início da sua comercialização.

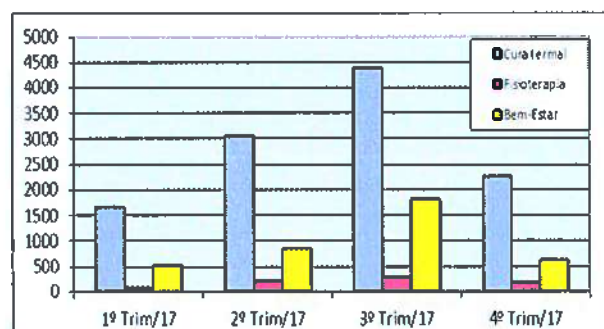
Nos produtos de Merchandising e de aparelhos, verificaram-se ligeiras quebras.

Ainda em relação à sazonalidade da atividade da nossa Empresa, apresentamos gráfico elucidativo;

| Mês/Ano      | Cura termal  | Fisioterapia | Bem-Estar   | Total        |
|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
| 1º Trim/18   | 1635         | 78           | 627         | 2340         |
| 2º Trim/18   | 2820         | 174          | 1268        | 4262         |
| 3º Trim/18   | 4485         | 296          | 1608        | 6389         |
| 4º Trim/18   | 2157         | 152          | 1002        | 3311         |
| <b>Total</b> | <b>11097</b> | <b>700</b>   | <b>4505</b> | <b>16302</b> |



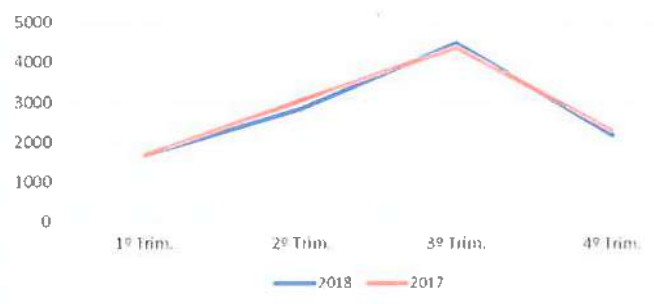
| Mês/Ano      | Cura termal  | Fisioterapia | Bem-Estar   | Total        |
|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
| 1º Trim/17   | 1659         | 91           | 534         | 2284         |
| 2º Trim/17   | 3044         | 208          | 840         | 4092         |
| 3º Trim/17   | 4374         | 281          | 1812        | 6467         |
| 4º Trim/17   | 2267         | 175          | 637         | 3079         |
| <b>Total</b> | <b>11344</b> | <b>755</b>   | <b>3823</b> | <b>15922</b> |
| <b>Total</b> | <b>-247</b>  | <b>-55</b>   | <b>682</b>  | <b>380</b>   |



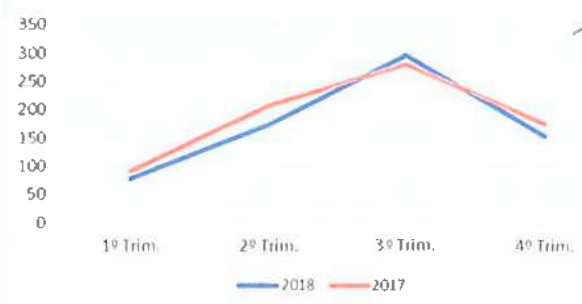
No primeiro quadro, analisamos as variações em valor, neste quadro podemos verificar que atendemos menos 247 Aquistas de cura Termal, menos 55 de Fisioterapia e mais 682 em tratamentos de bem-estar.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

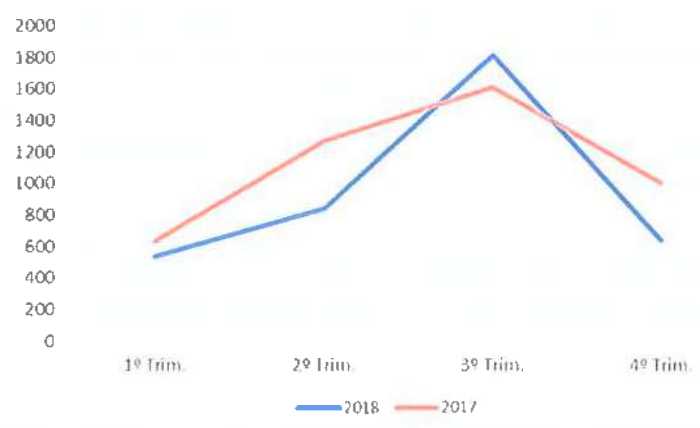
**Cura Termal**



**Fisioterapia**



**Bem-estar**



VK  
Q.  
X

Em 2018, foram realizadas diversas iniciativas, cuja principal missão consistiu em divulgar as Termas de S. Pedro do Sul, nomeadamente:

- Criação de pacotes “Termas sempre” na época baixa de forma combater a sazonalidade.
- Realização de diversas campanhas nas redes sociais;
- Presença em programas televisivos com intuito de promover as Termas de S. Pedro do Sul;
- Criação de pacotes de Bem-estar especiais: S. Valentim, Carnaval, Páscoa, dia da Mãe, dia do Pai, etc.
- Celebração de protocolos com diversas entidades;
- Oferta de 30% de desconto em dermocosméticos “AQVA” aos aquistas que efetuaram tratamentos em 2018;
- Participação em feiras da especialidade;
- Divulgação das Termas de S. Pedro do Sul no programa “Preço Certo em Euros” da RTP;
- Divulgação dos produtos “AQVA” nos folhetos do Pingo Doce;
- Vários artigos de imprensa em Jornais e revistas de tiragem nacional;
- Realização do V Festival Romano AQUAE SULLIS;
- Realização do evento “Festival da Água 2018”;
- Realização do evento AQVA MVSIC em parceria com a Casa da Música do Porto
- Diversas campanhas de divulgação “AQVA” nos Centros comerciais.

## 8-SITUAÇÃO ECONÓMICA

A Empresa para cumprir a regra do equilíbrio financeiro, em 2017 registou na rubrica “Outros Rendimentos” o montante de 673.197,24€ que recebeu da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, situação obrigatória ao abrigo do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. No corrente período devido à atualização das rendas debitadas pela Câmara não foi necessária nenhuma transferência, já que os resultados foram positivos, como se verifica no gráfico;

| Resultado das operações / Indicadores de gestão                        | 2018           | % s/ Vn      | 2017           | % s/ Vn      | Variação      | Var. %          |
|------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|---------------|-----------------|
| Vendas e Serviços Prestados                                            | 4 290 842      | 100,0%       | 4 404 335      | 100,0%       | -113 493      | -2,6 %          |
| Subsídios à exploração                                                 | 34 264         | 0,8%         | 57 335         | 1,3%         | -23 071       | -40,2 %         |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas               | -102 019       | -2,4%        | -95 089        | -2,2%        | -6 930        | +7,3 %          |
| Margem de contribuição                                                 | 4 188 824      | 97,6%        | 4 309 246      | 97,8%        | -120 422      | -2,8 %          |
| Fornecimentos e serviços externos                                      | -1 527 011     | -35,6%       | -2 254 682     | -51,2%       | -727 672      | -32,3 %         |
| Gastos com o pessoal                                                   | 2 004 518      | 46,7%        | 2 165 724      | 49,2%        | -161 206      | -7,4 %          |
| Outros rendimentos                                                     | 112 776        | 2,6%         | 801 954        | 18,2%        | -689 178      | -85,9 %         |
| Outros gastos                                                          | -79 177        | -1,8%        | -73 674        | -1,7%        | -5 503        | +7,5 %          |
| <b>EBITDA - Res. antes dep. gastos financiamento e impostos</b>        | <b>725 158</b> | <b>16,9%</b> | <b>674 456</b> | <b>15,3%</b> | <b>50 702</b> | <b>+7,5 %</b>   |
| Gastos/reversões de depreciação e amortização                          | -527 502       | -12,3%       | -535 986       | -12,2%       | +8 484        | -1,6 %          |
| <b>EBIT - Resultado operacional (s/ gastos de finan/to e impostos)</b> | <b>197 656</b> | <b>4,6%</b>  | <b>138 470</b> | <b>3,1%</b>  | <b>59 187</b> | <b>+42,7 %</b>  |
| Resultados financeiros                                                 | -115 076       | -3,1%        | -138 470       | -3,1%        | +6 607        | +4,8 %          |
| EBT - Resultado antes de imposto (RAI)                                 | 52 580         | 1,2%         | -0             | 0,0%         | 52 580        |                 |
| Imposto sobre rendimento do período                                    | -17 540        | -0,4%        | -6 160         | -0,1%        | -11 379       | +184,7 %        |
| <b>Resultado líquido do período (RL)</b>                               | <b>35 040</b>  | <b>0,8%</b>  | <b>-6 160</b>  | <b>-0,1%</b> | <b>41 200</b> | <b>+466,8 %</b> |

A Empresa apresenta uma variação negativa no réditio de 113.493 Euros (-2.6%), compensada com a redução de vários custos, nomeadamente “Fornecimentos e serviços externos” e “Gastos com pessoal”, como veremos em detalhe mais à frente.

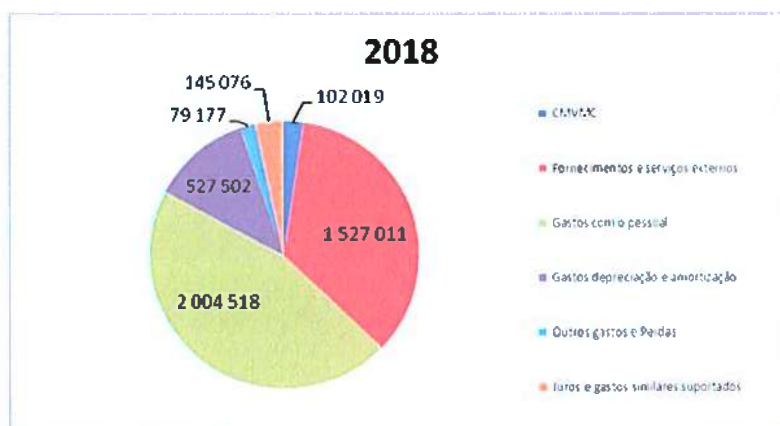


## 8.1. Gastos

Os gastos globais de 2018 totalizaram **4.402.841,87 Euros**, representando uma diminuição de 866.942,91 Euros relativamente ao ano anterior.

### Estrutura dos Gastos 2018/2017

| Descrição                                            | Em cêntimos de Euro |                     |                     |                |
|------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------|
|                                                      | 2018                | 2017                | Variação            | Variação (%)   |
| Gastos com o pessoal                                 | 2 004 517,77        | 2 165 723,53        | (161 205,76)        | (7,4%)         |
| Fornecimentos e serviços externos                    | 1 527 010,94        | 2 254 682,45        | (727 671,51)        | (32,3%)        |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização     | 527 502,19          | 535 986,16          | (8 483,97)          | (1,6%)         |
| Juros e gastos similares suportados                  | 145 076,15          | 138 469,62          | 6 606,53            | 4,8%           |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | 102 018,52          | 95 089,01           | 6 929,51            | 7,3%           |
| Outros gastos                                        | 79 176,69           | 73 673,56           | 5 503,13            | 7,5%           |
| Imposto sobre o rendimento do período                | 17 539,61           | 6 160,45            | 11 379,16           | 184,7%         |
| <b>Total da estrutura de gastos</b>                  | <b>4 402 841,87</b> | <b>5 269 784,78</b> | <b>(866 942,91)</b> | <b>(16,5%)</b> |



Seguidamente apresentam-se comparações entre os gastos realizados em 2018, com os realizados em 2017, em termos absolutos.

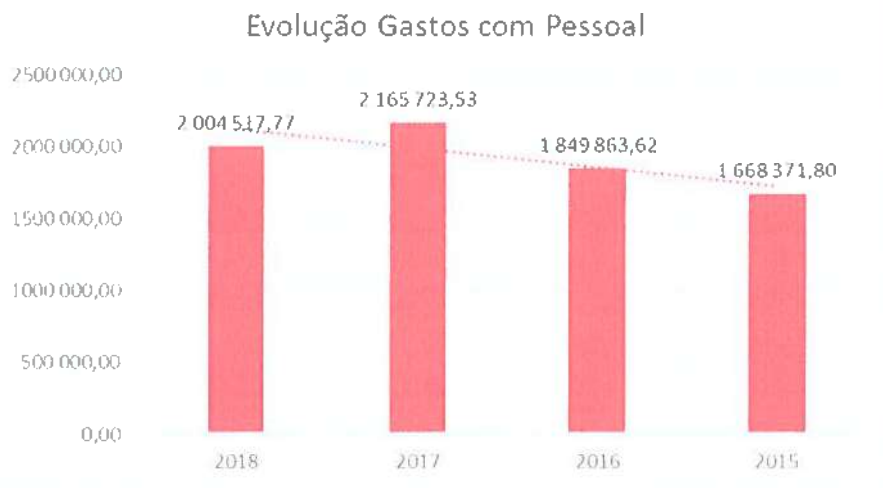




Em relação aos gastos com pessoal, os quadros seguintes apresentam informação detalhada sobre a sua evolução:

- Evolução dos gastos com o pessoal nos últimos 4 anos:

| Descrição                   | 2018         | 2017         | Δ Abs 2018/17 | 2016         | 2015         |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| Gastos com pessoal          | 2 004 517,77 | 2 165 723,53 | (161 205,76)  | 1 849 863,62 | 1 668 371,80 |
| N.º médio de colaboradores  | 157          | 176          | -19           | 158          | 152          |
| Gasto médio por colaborador | 12 767,63    | 12 305,25    | 462,38        | 11 708,00    | 10 976,13    |



O decréscimo verificado nos gastos com o pessoal do período de 2017 para 2018, deve-se sobretudo à redução do número médio de Colaboradores.

Do período de 2016 para 2017, existiu um aumento significativo, que teve origem, quer no aumento do número de Colaboradores, bem como à reposição dos cortes salariais.

No período de 2017, tinha sido ainda contabilizado o valor pago à Administração Central do Sistema de Saúde pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores no valor de 60.562,75€. (2016: 28.929,60€)

### 8.1.1. Desagregação da rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos"

| Descrição                                   | 2018                | 2017                | Variação           | Variação %   |
|---------------------------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|--------------|
| <b>Serviços Especializados</b>              | <b>730 304,09</b>   | <b>874 292,13</b>   | <b>-143 988,04</b> | <b>-16 %</b> |
| Serviços especializados                     | 403 406,66          | 417 473,90          | -14 067,24         | -3 %         |
| Publicidade e propaganda                    | 75 080,45           | 95 600,42           | -20 519,97         | -21 %        |
| Vigilância e segurança                      | 974,30              | 2 085,95            | -1 111,65          | -53 %        |
| Honorários                                  | 48 396,03           | 50 574,91           | -2 178,88          | -4 %         |
| Conservação e reparação                     | 23 476,96           | 32 586,84           | -9 109,88          | -28 %        |
| Serviços bancários                          | 11 997,36           | 11 390,26           | 607,10             | +5 %         |
| Outros serviços (Inclui animação temal)     | 166 972,33          | 264 579,85          | -97 607,52         | -37 %        |
| <b>Materiais</b>                            | <b>129 124,19</b>   | <b>138 524,68</b>   | <b>-9 400,49</b>   | <b>-7 %</b>  |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 26 814,09           | 36 824,00           | -10 009,91         | -27 %        |
| Livros e documentação técnica               |                     | 243,26              | -243,26            | -100 %       |
| Material de escritório                      | 6 410,29            | 9 302,88            | -2 892,59          | -31 %        |
| Artigos de ofertas                          | 795,24              | 598,38              | 196,86             | +33 %        |
| Material para tratamentos                   | 52 813,09           | 52 375,82           | 437,27             | +1 %         |
| Material de conservação e reparação         | 11 307,51           | 16 579,92           | -5 272,41          | -32 %        |
| Material para bem-estar                     | 2 955,02            | 3 994,48            | -1 039,46          | -26 %        |
| Outros (GAS)                                | 28 028,95           | 18 605,94           | 9 423,01           | +51 %        |
| <b>Energia e Fluidos</b>                    | <b>270 003,88</b>   | <b>269 655,06</b>   | <b>348,82</b>      | <b>+0 %</b>  |
| Electricidade                               | 227 169,12          | 229 231,71          | -2 062,59          | -1 %         |
| Combustíveis                                | 8 874,14            | 5 890,73            | 2 983,41           | +51 %        |
| Água                                        | 2 425,70            | 4 265,35            | -1 839,65          | -43 %        |
| Outros                                      | 31 534,92           | 30 267,27           | 1 267,65           | +4 %         |
| <b>Deslocações estadas e transportes</b>    | <b>3 735,45</b>     | <b>5 232,52</b>     | <b>-1 497,07</b>   | <b>-29 %</b> |
| Deslocações e estadas                       | 3 134,36            | 3 784,46            | -650,10            | -17 %        |
| Transportes de mercadorias                  | 601,09              | 1 448,06            | -846,97            | -58 %        |
| <b>Srviços diversos</b>                     | <b>393 843,33</b>   | <b>966 978,06</b>   | <b>-573 134,73</b> | <b>-59 %</b> |
| Rendas e alugueres                          | 257 607,63          | 808 811,01          | -551 203,38        | -68 %        |
| Comunicação                                 | 7 014,25            | 7 841,91            | -827,66            | -11 %        |
| Seguros                                     | 24 568,81           | 40 007,51           | -15 438,70         | -39 %        |
| Contencioso e notariado                     | 680,47              | 548,78              | 131,69             | +24 %        |
| Despesas de representação                   | 17 023,49           | 20 758,92           | -3 735,43          | -18 %        |
| Limpeza, higiene e conforto                 | 86 206,54           | 86 345,79           | -139,25            | -0 %         |
| Outros serviços                             | 742,14              | 2 664,14            | -1 922,00          | -72 %        |
| <b>Total</b>                                | <b>1 527 010,94</b> | <b>2 254 682,45</b> | <b>-727 671,51</b> | <b>-32 %</b> |

## 8.2. Rendimentos

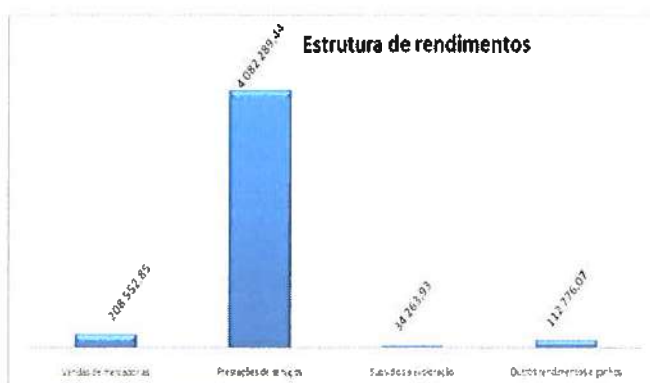
Os rendimentos globais de 2018 totalizaram 4.437.882,29 Euros, representando um decréscimo de 825.742,04 Euros relativamente ao período anterior, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

### Estrutura dos Rendimentos 2018/2017

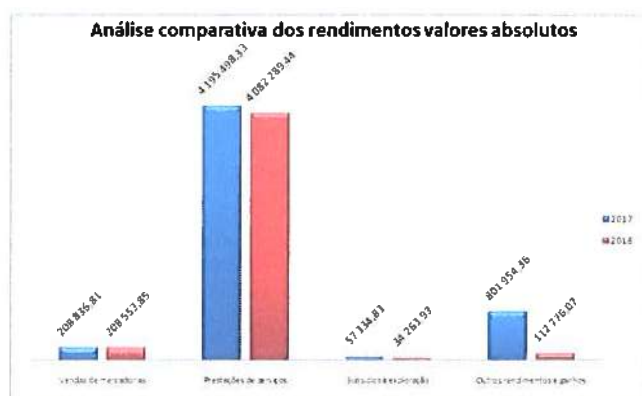
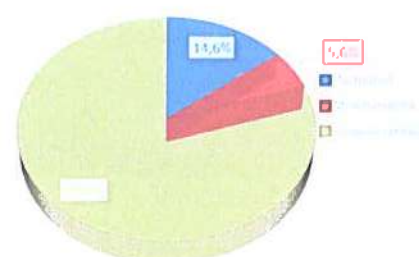
| Descrição                                | Em cêntimos de Euro |                     |                     |              |
|------------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|
|                                          | 2018                | 2017                | Variação            | Variação (%) |
| Vendas e serviços prestados              | 4 290 842,29        | 4 404 335,14        | (113 492,85)        | (2,6%)       |
| Subsídios à exploração                   | 34 263,93           | 57 334,83           | (23 070,90)         | (40,2%)      |
| Outros rendimentos                       | 112 776,07          | 801 954,36          | (689 178,29)        | (85,9%)      |
| <b>Total da estrutura de rendimentos</b> | <b>4 437 882,29</b> | <b>5 263 624,33</b> | <b>(825 742,04)</b> | <b>23,9%</b> |

A variação da rubrica “Outros rendimentos” refere-se ao reconhecimento no período de 2017 da compensação financeira para equilíbrio de resultados nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, no valor de 673.197,24 Euros, não tendo recebido nada no ano 2018, por a Entidade ter apresentado resultado positivo.

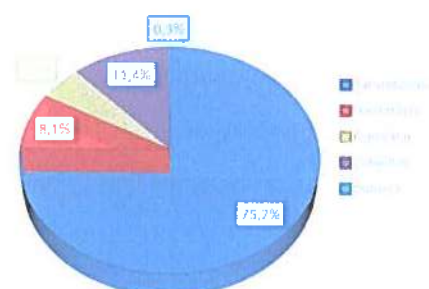
Em relação à composição dos principais rendimentos e respetiva estrutura, apresentam-se de seguida gráficos que sintetizam de forma muito clara a contribuição de cada uma das rubricas em 2018.



VENDAS 2018



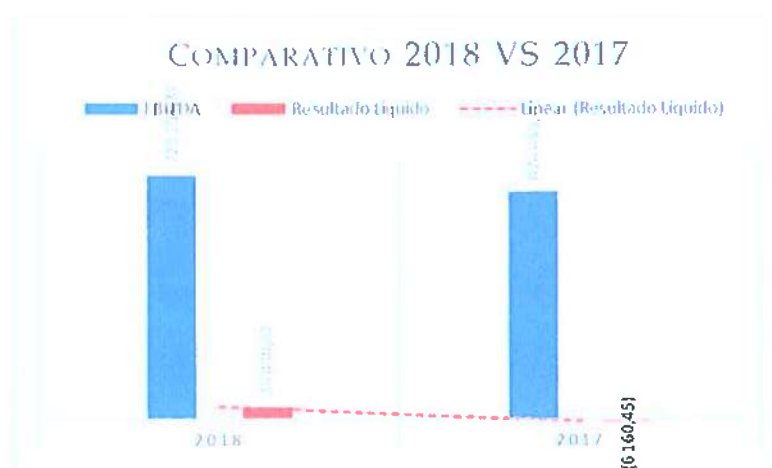
PRESTAÇÃO SERVIÇOS 2018



## 9-ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Do ponto de vista económico, a sociedade apresentou, comparativamente ao período anterior os seguintes valores de EBITDA e Resultado Líquido do período.

| Descrição                                            | 2018       | 2017       | Δ Absoluta | Δ relativa |
|------------------------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| EBITDA                                               | 725 158,37 | 674 455,78 | 50 702,59  | 7,5%       |
| EBITDA/ Volume de negócios                           | 16,9%      | 15,3%      | 1,6        | 10,4%      |
| Resultado líquido do período                         | 35 040,42  | (6 160,45) | 41 200,87  | 668,8%     |
| Resultado líquido do período /<br>Volume de negócios | 0,8%       | -0,1%      | 1,0        | 683,8%     |



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da sociedade apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores:

| Análise financeira              | 2018      | 2017      | Δ Absoluta | Δ em %   |
|---------------------------------|-----------|-----------|------------|----------|
| Autonomia Financeira (%)        | 22,5%     | 20,2%     | 2,3 %      | 11,5 %   |
| Endividamento (%)               | 77,5%     | 79,8%     | (2,3 %)    | (2,9 %)  |
| Solvabilidade (%)               | 29,1%     | 25,3%     | 3,8 %      | 14,9 %   |
| Cobertura do ativo não corrente | 164,6%    | 189,2%    | (24,6 %)   | (13,0 %) |
| Liquidez geral                  | 0,21      | 0,25      | 0,04       | (15,9 %) |
| Liquidez Imediata               | 0,01      | 0,00      | 0,00       | 33,0 %   |
| Liquidez Reduzida               | 0,13      | 0,20      | 0,06       | (32,5 %) |
| Valor acrescentado bruto (VAB)  | 2 790 235 | 2 178 366 | 611 869,46 | 28,1 %   |

Da análise ao quadro acima podemos destacar o aumento da autonomia financeira, resultante do resultado líquido positivo do ano e ainda à diminuição do ativo da empresa por via das depreciações do ativo fixo tangível.

A posição financeira da sociedade pode-se avaliar através da análise dos seguintes itens:

| ATIVO                                  | 31-DEZ-2018          | Peso %        | 31-DEZ-2017          | Peso %        | Varição 2017 - 2016   |
|----------------------------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|-----------------------|
| Ativo não corrente                     | 13 592 236,77        | 95,9%         | 14 039 719,31        | 92,2%         | (447 482,54)          |
| Ativo corrente                         | 577 312,77           | 4,1%          | 1 192 556,40         | 7,8%          | (615 243,63)          |
| <b>Total Ativo</b>                     | <b>14 169 549,54</b> | <b>100,0%</b> | <b>15 232 275,71</b> | <b>100,0%</b> | <b>(1 062 726,17)</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>       |                      |               |                      |               |                       |
| Capital Próprio                        | 3 193 888,30         | 22,5%         | 3 079 185,36         | 20,2%         | 114 702,94            |
| Passivo não corrente                   | 8 256 204,40         | 58,3%         | 7 420 944,87         | 48,7%         | 835 259,53            |
| Passivo corrente                       | 2 719 456,84         | 19,2%         | 4 732 145,48         | 31,1%         | (2 012 688,64)        |
| <b>Total Capital Próprio e Passivo</b> | <b>14 169 549,54</b> | <b>100,0%</b> | <b>15 232 275,71</b> | <b>100,0%</b> | <b>(1 062 726,17)</b> |

A diminuição verificada no ativo não corrente resulta das depreciações registadas no ano, tendo sido superiores ao investimento efetuado pela Entidade.

Relativamente ao ativo corrente, a diminuição deve-se, essencialmente, ao facto de no ano 2017 a Entidade ter apresentado um valor a receber do Município, relativamente a uma compensação financeira para equilíbrio de resultados nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, no valor de 673.197,24 Euros, tendo recebido esse montante neste ano, e não tendo necessitado de proceder a uma nova especialização dado que a Entidade apresentou resultado positivo.

No que respeita ao capital próprio, o aumento verificado deve-se ao reconhecimento de um subsídio ao investimento, cuja candidatura foi aprovado em julho de 2018, e ainda ao próprio resultado líquido do ano.

Por último a redução do passivo corrente deve-se à diminuição da dívida a liquidar ao Município de São Pedro do Sul e à amortização de uma conta corrente caucionada no valor de 900.000 Euros, com a contratação de uma nova linha de financiamento de médio e longo prazo, no montante de 1.750.000 Euros, e consequentemente, levando a um aumento do passivo não corrente.

| Indicadores de Gestão                                   | 2018          | 2017          | Δ Absoluta   |
|---------------------------------------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Ativo Fixo Tangível (AFT)                               | 13 564 329,61 | 14 011 602,25 | (447 272,64) |
| Capital próprio                                         | 3 193 888,30  | 3 079 185,36  | 114 702,94   |
| Capitais Permanentes                                    | 11 450 092,70 | 10 500 130,23 | 949 962,47   |
| Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap.perm) | 1,18          | 1,33          | (0,15)       |
| Fluxos de caixa operacionais                            | 801 068,96    | 1 057 473,24  | (256 404,28) |

Analisando os indicadores acima apresentados, verifica-se que houve uma evolução favorável do período de 2017 para o período de 2018.



O passivo corrente em 31 de dezembro de 2018 é superior ao ativo corrente em cerca de 2.142.144,07 euros (2017: 3.539.589,08 euros), contudo, a Administração entende que, os pontos expostos abaixo, atenuam o risco de liquidez e continuidade:

- No passivo corrente encontra-se registada uma dívida ao Município de S. Pedro do Sul, no valor, aproximado, de 1.285.000 euros, que será liquidada conforme os recursos financeiros disponíveis da Entidade;
- A Entidade possui uma linha de crédito referentes a uma conta corrente caucionada, no valor de 280.000 euros (plafond até 700.000 Euros) que tem vindo a ser submetida todos os anos a uma renovação por mais 12 meses, não exigindo deste modo um exfluxo de recursos para liquidação da mesma no curto prazo;

## 10-EXPECTATIVAS FUTURAS

### 10.1. Cenário macroeconómico

Num contexto de maturação do ciclo económico, as projeções macroeconómicas do BCE apontam para uma recuperação do crescimento no curto prazo, refletindo a melhoria das condições no mercado de trabalho, balanços mais robustos e uma diminuição gradual dos estímulos de política monetária e orçamental nas principais economias avançadas – nomeadamente nos EUA – bem como da desaceleração da economia chinesa. Tanto para 2019 como para 2020, o FMI prevê que o crescimento global se mantenha nos 3,6% e, posteriormente, deverá diminuir 1% até 2023.

Nas economias avançadas, o crescimento deverá descer para os 2,1% em 2019. Mais concretamente, para os Estados Unidos, é expectável que o crescimento decresça em 2019 e 2020, devido às recentes medidas de comércio anunciadas, bem como ao abrandamento do estímulo fiscal. Também para a área euro e para o Reino Unido é projetável um decréscimo em 2019, sendo que para o primeiro o BCE projeta uma descida do PIB real anual para 1,7% em 2019 e 2020, e 1,5% em 2021, estando relacionado sobretudo com o enfraquecimento gradual do comércio mundial, pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países, e pelas condições financeiras ligeiramente menos favoráveis. Quanto ao Reino Unido, a sua política



monetária deverá manter-se flexível, em resposta às alterações das condições associadas às negociações do Brexit. Durante os próximos cinco anos, a dívida pública deverá diminuir em grande parte das maiores economias, projetando-se também um crescimento robusto do investimento, em cerca de 5,5%, segundo dados do FMI. Investir em infraestruturas físicas e digitais poderá fomentar o crescimento nas economias avançadas.

Já nas economias emergentes, o crescimento deverá manter-se nos 4,7% até 2019, refletindo o fortalecimento da atividade das economias exportadoras de bens, sendo projetável um crescimento nos países exportadores de petróleo, mas espera-se um decréscimo em economias como a Argentina, Brasil, Irão e Turquia, entre outros, refletindo as condições financeiras mais restritivas e as tensões geopolíticas. Também se prevê uma descida de 0,3% no crescimento das economias emergentes da Ásia, em grande parte devido às medidas comerciais recentemente anunciadas, sendo, ainda assim, expectável que a sua expansão se mantenha.

Em relação à taxa de desemprego, segundo o BCE, é espectável que esta desça para 7,1% em 2021, continuando a registar-se uma diminuição do número de desempregados, aproximando-se dos níveis mínimos anteriores à crise financeira, projetando-se também um aumento da remuneração por trabalhador, prevendo-se situar nos 2,7% em 2021. Ainda assim, o crescimento do emprego, entre 2019 e 2020, deverá abrandar substancialmente, devido sobretudo ao aumento da escassez de oferta de mão de obra em alguns países. A expansão da população ativa deverá manter-se, apesar de mais moderada, refletindo os valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores e à integração de refugiados. Contudo, espera-se também que estes valores sofram gradualmente com o impacto do envelhecimento da população, que continuará a ser superior à entrada de jovens no mercado de trabalho. Estima-se que até 2035 nos países de baixo rendimento, o número de pessoas a chegar à idade laboral exceda as do resto do mundo em conjunto. Criar novos empregos que absorvam estas novas entradas será vital para o bem-estar social e político.

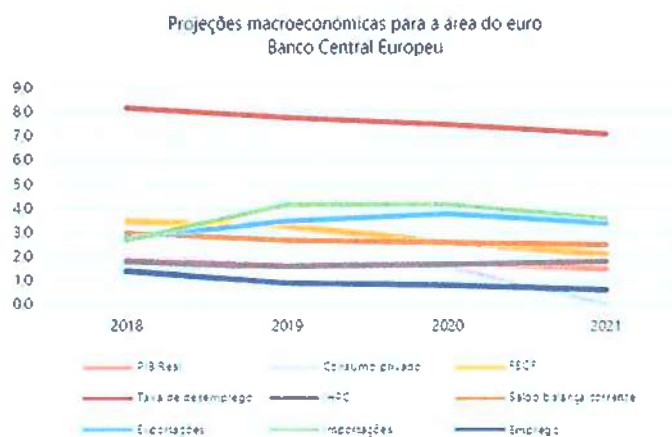
Quanto à inflação, na área do euro prevê-se uma diminuição da inflação dos preços dos produtos energéticos e dos preços dos futuros do petróleo bruto, sendo que a inflação homóloga medida pelo IHPC deverá situar-se nos 1,6%, aumentando 1% nos anos seguintes, até 2021. Para os EUA, espera-se que a inflação se situe em torno dos 2,1%

até 2020, segundo estimativas do Federal Open Market Committee, um valor ligeiramente acima do objetivo de política monetária da Reserva Federal. No Reino Unido, segundo dados do Banco de Portugal, as projeções são para uma taxa de 2,0%, refletindo o desaparecimento gradual do impacto da depreciação passada da libra que influenciou a evolução da inflação durante o ano de 2017, e a acumulação gradual de pressões internas sobre os preços e os efeitos de alterações de impostos e tarifas de alguns produtos e serviços implementados ao longo deste ano.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Em relação às exportações, o seu crescimento irá atenuar-se em 2019, devido à desaceleração da procura externa. O consumo privado deverá manter-se resiliente, apoiado por condições de financiamento bancário favoráveis. O fornecimento global de petróleo deverá aumentar gradualmente no curto prazo, o que fará baixar os preços do petróleo situando-se, em termos médios anuais, em cerca de 66 USD/barril. No médio prazo, espera-se que o aumento nos preços dos produtos se dissipe, incluindo os preços do petróleo, que se deverão situar nos 60 USD/barril em 2023.

Quanto às administrações públicas, a melhoria global das perspetivas orçamentais é impulsionada, para além da evolução cíclica favorável, pelos pagamentos de juros mais baixos. Para a área do euro, em termos da projeção orçamental, após uma diminuição significativa em 2018, o BCE prevê um ligeiro aumento durante o corrente ano. Até 2021, o rácio do défice das administrações públicas deverá cair de 1,0% do PIB em 2017 para 0,6%, diminuição que também se espera ocorrer quanto ao rácio agregado da dívida pública, de 86,8% do PIB para 79,0% nos mesmos períodos, continuando, ainda assim, a exceder o valor de referência de 60% do PIB em vários países.



Já no médio prazo, o FMI projeta um abrandamento do crescimento global, sendo expectável um enfraquecimento das condições financeiras, devido à normalização das políticas monetárias. Nos EUA, deverá ser implementado um plano para reverter o aumento da dívida pública, acompanhado de medidas fiscais que impulsionem gradualmente a sua capacidade doméstica, de forma a assegurar uma maior sustentabilidade económica. Na área do euro, o BCE prevê uma continuação da expansão económica, com a diminuição das taxas de juro - implicando uma melhoria das condições de financiamento -, bem como da restritividade da política orçamental, do crescimento do consumo privado e do investimento. Esta expansão irá contribuir para um aumento das exportações e da procura externa. Contudo, existe um risco associado ao ajustamento abrupto nos mercados da dívida soberana, que poderá levar a tensões nos mercados financeiros e, conseqüentemente, a uma deterioração das condições de financiamento. Uma intensificação dos conflitos no Médio Oriente e em África poderá impulsionar os fluxos migratórios para a Europa, potencialmente aprofundando as divisões políticas.

Quanto às economias emergentes, as mesmas devem estar preparadas para um ambiente de maior volatilidade, no seguimento de alguns riscos verificados, bem como o esperado aumento das taxas de juro das economias avançadas. Muitos destes países continuam a lutar contra desafios não económicos, como o aumento das temperaturas, desastres naturais e conflitos internos. Muitos dos países de baixo rendimento continuam a enfrentar riscos substanciais, nomeadamente derivados do enfraquecimento das condições financeiras a nível global e da intensificação das tensões comerciais.

Neste sentido, estes países devem tentar tirar proveito do atual ambiente de recuperação do crescimento global. O ambiente de contínua expansão oferece uma janela de oportunidades para políticas e reformas avançadas que possam estender este mesmo ambiente e melhorar o crescimento a médio prazo, enquanto se criam proteções para a próxima recessão, reforçando a resiliência a um meio onde as condições financeiras podem-se restringir de forma imprevista. Neste sentido, muitas das economias emergentes devem adotar reformas fiscais para garantir a sustentabilidade das suas finanças públicas.

Em resumo, políticas fiscais inclusivas, investimento na educação e garantir o acesso à saúde são uma prioridade, com o intuito de reduzir a desigualdade, sendo também de elevada importância políticas que encorajem a inovação tecnológica e que promovam a participação das forças de trabalho, especialmente a inclusão económica de mulheres e jovens. A interdependência económica é maior do que nunca – através do comércio, finanças, migração e impactos ambientais, por exemplo – e isso torna a cooperação em áreas comuns igualmente importante, incluindo para as economias avançadas. Os países precisam de trabalhar em conjunto, lidando com desafios que se estendem para lá das suas fronteiras, de forma a reduzir os custos comerciais, bem como reforçar a cibersegurança, combater a corrupção e mitigar as alterações climáticas.

## 10.2. Cenário interno

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa enfrenta importantes desafios, como sendo a evolução demográfica - devido à redução da população e ao seu envelhecimento -, o aumento dos níveis de capital por trabalhador e a necessidade de criar um enquadramento conducente a um maior crescimento do investimento, tanto em qualidade como em quantidade, uma vez que durante o recente período recessivo registou-se uma queda acentuada do investimento em Portugal.

No médio e longo prazo, Portugal continuará a enfrentar alguns constrangimentos ao crescimento, nomeadamente no respeitante ao investimento, apesar dos progressos realizados nos últimos anos no tocante ao funcionamento dos mercados e à redução do endividamento dos diversos setores da economia. No entanto, no curto prazo e num cenário de subutilização de recursos produtivos, é possível que a atividade económica possa crescer a um ritmo superior ao do produto potencial sem gerar pressões inflacionistas.

Até 2021, no alinhamento das projeções para a área do euro, a economia portuguesa também deverá continuar com a trajetória de crescimento da atividade, embora verificando alguma desaceleração, ligada à fase de maturação do ciclo económico. Neste sentido, o PIB deverá situar-se nos 1,8% em 2019, e descer 1% em cada ano do horizonte de projeção, estimando-se um crescimento médio anual entre os 3,5% e os 4%, em comparação com os 7,8% registados em 2017. Para este ritmo menos positivo contribuirá a desaceleração das exportações, bem como o aumento das importações,

que deverão em 2020 ter uma variação próxima de 5%. Por outro lado, o aumento do turismo poderá contribuir positivamente para o crescimento económico, apesar de apresentar um perfil de desaceleração, prevendo-se que este seja superior à procura externa, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, aproximando-se do ritmo previsto para o comércio mundial. No final deste intervalo temporal, as exportações em termos reais deverão atingir um crescimento de cerca de 70% face ao nível observado antes da crise financeira, contribuindo em 50% para o valor do PIB desse ano.

Ainda no curto prazo, a economia portuguesa deverá manter a sua capacidade líquida de financiamento face ao exterior, à semelhança do observado desde 2012, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, situando-se nos 1,3% até 2020, idêntico à média verificada em 2017, aumentando para 1,6% em 2021.

Até 2020, irá sentir-se uma redução do défice da balança de rendimento primário, refletindo o perfil projetado para os juros da dívida pública - cuja taxa de juro implícita permanecerá ligeiramente abaixo dos 3% no horizonte 2019-2020 - e, por outro lado, o aumento do saldo da balança de capital, em grande parte devido à evolução dos recebimentos de fundos comunitários, o que se traduzirá numa alteração da composição do saldo das balanças correntes e de capital, uma vez que a redução do saldo da balança de bens e serviços será compensada pela evolução das balanças de rendimento primário e de capital.

Esta taxa de juro implícita da dívida pública aponta para uma desaceleração do investimento público, que irá pesar na FBCF, a qual deverá manter uma elasticidade face ao PIB superior à média histórica, esperando-se uma desaceleração de 6,6% em 2019 para 4,9% em 2021, essencialmente devido ao investimento empresarial que, até ao final do horizonte de projeção, deverá ultrapassar o nível registado no início da crise financeira em 2008. Este dinamismo irá ter um peso importante no PIB em 2021 (de 14,3%).

Em relação ao emprego, após ter-se verificado um crescimento muito dinâmico em 2017, estima-se que este continue com essa trajetória, mas de forma menos acentuada. Também na taxa de desemprego se verificará uma continuação da trajetória descendente, apesar de num ritmo mais moderado do que o verificado nos últimos 3



anos, devendo atingir os 5,3% em 2021. Estes resultados irão dever-se essencialmente à evolução positiva do emprego no setor privado, uma vez que se projeta uma desaceleração do emprego público. Devido ao aumento do salário mínimo em 2018, irá verificar-se, no curto prazo, uma aceleração dos salários e dinamização do emprego, esperando que se retomem aos valores médios históricos ao longo de 2019-2021. No longo prazo, o capital humano deverá permanecer como um fator potencial do crescimento, devendo notar-se um ligeiro aumento da população ativa ao longo do horizonte de projeção, para o qual contribui o gradual aumento da idade da reforma e a continuação do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que também contribuirá para o aumento da produtividade, fator crucial para um maior crescimento da economia portuguesa.

Voltando ao horizonte de projeção 2019-2021, o aumento dos custos salariais, bem como das margens de lucro, levarão a um ligeiro aumento da inflação, que deverá apresentar um perfil moderadamente ascendente, situando-se em média nos 1,5% (medida pela taxa de variação do IHPC). Ainda assim, esta deverá manter-se abaixo dos valores projetados para a área do euro. Este aumento dos custos salariais, provocará também uma variação positiva no consumo que, ainda assim, deverá registar uma desaceleração até 2021, devido essencialmente ao abrandamento da componente de bens não duradouros, em linha com a evolução do rendimento real disponível.

Por fim, na origem dos principais riscos às atuais projeções encontra-se o enquadramento externo, sendo o aprofundamento de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, uma partilha eficiente do risco e uma maior resiliência a choques desfavoráveis, essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

### **10.3. Evolução previsível da Sociedade**

A Termalístur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. como Empresa responsável pela gestão e exploração dos balneários tem como missão satisfazer as necessidades dos termalistas, num quadro de prestação de serviços de excelência e da máxima qualidade, tendo como desafio permanecer na linha da frente.

Para 2019, o Estado através do Serviço Nacional de Saúde apostará na reposição das comparticipações aos utentes que realizem tratamentos nos estabelecimentos termais



e a Associação das Termas de Portugal em parceria com o Turismo de Portugal irá lançar um plano para promoção dos programas de Bem-estar. Espera-se que tais medidas afetem de forma positiva o aumento da procura sobre as nossas áreas de negócio e provoque um crescimento quer no número de frequentadores das Termas quer no volume de negócios.

Em 2019, continuar-se-á a comercializar os produtos dermocosméticos “ AQVA”, lançados no mercado em 2014 e iniciar-se-á a comercialização dos novos produtos:

- Água micelar desmaquilhante de rosto;
- Esfoliante de rosto/corpo;
- Shampoo;
- Creme de mãos;
- Gel de Barbear;
- Fluido hidratante e apaziguante pós barbear.

## 11- OS OBJETIVOS E AS POLITICAS DA SOCIEDADE EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

### a) RISCO DE CRÉDITO

#### *i) Créditos sobre Clientes*

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Empresa:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

## b) RISCOS DE MERCADO

### i) *Risco de Taxa de Juro*

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. No entanto, o seu maior financiamento foi contratado a uma taxa de juro de 5,56% e atualmente estamos a pagar juros à taxa de 0,9280%. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

## c) RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

## 12-Divulgações exigidas por diplomas legais

- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º da Lei nº110/09 de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2017, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2018.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Empresa não dispõe de sucursais.

O passivo corrente em 31 de dezembro de 2018 é superior ao ativo corrente em cerca de 2.142.144,07 euros (2017: 3.539.589,08 euros), contudo, a Administração entende que, os pontos expostos abaixo, atenuam o risco de liquidez e continuidade:

- No passivo corrente encontra-se registada uma dívida ao Município de S. Pedro do Sul, no valor, aproximado, de 1.285.000 euros, que será liquidada conforme os recursos disponíveis por parte da Entidade;
- A Entidade possui uma linha de crédito referentes a uma conta corrente caucionada, no valor de 280.000 euros (plafond até 700.000 Euros) que tem vindo a ser submetida todos os anos a uma renovação por mais 12 meses, não exigindo deste modo um exfluxo de recursos para liquidação da mesma no curto prazo;
- Por fim a Entidade no próximo ano ainda vai beneficiar, nos primeiros três meses, da redução da renda referente ao imóvel denominado Balneário Rainha D.ª Amélia, que passou de um valor mensal de 65.941 para 8.100 Euros.

## 13-OUTRAS INFORMAÇÕES

Relativamente à ação administrativa especial pretensão conexa atos administrativos nº265/13.8BEVIS, a correr os seus termos no TAF de Viseu, no valor de 22.377,26€, em que é autor o STAL-Sindicato dos trabalhadores de Administração Local não se registou qualquer provisão, uma vez que a Administração considera possível não vir a ser condenada, tendo em 28 de fevereiro de 2017 o Tribunal Administrativo e fiscal de Viseu proferido sentença favorável à Termalitur. Está a correr recurso no Tribunal Central Administrativo do Norte.

Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014.

De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIVA, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucedo que, de acordo com a informação nº2141, do SIVA, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIVA, devendo, no entanto, ficar fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas pela hotelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa mantém-se atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na informação vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária em aproximadamente 3.525.000 euros, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações

Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIVA, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

A 24/03/2016 de acordo com o disposto no nº2 do Artº 76, Artº 99 e al. E), do nº1, do Artº102 do CPPT e Artº 137 do CIRC, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IRC e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto “IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais”. Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalístur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição. Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalístur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.



Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo supra, que obteve o seguinte desfecho;

*“julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, conseqüentemente,*

*a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;*

*b. Absolve-se a Fazenda Publica do pedido de indemnização por garantia indevida e de condenação como litigante de ma-fe.*

*ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de ma-fe a impugnante, fixando-se estas em UC (cfr. Artº 527 do CPC aplicável a viarL 2. do CPPT, nfl 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa 11 cio RCP);*

*iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Publica, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% [cfr. arL 527 do CPC aplicável ar v/arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela.*

Face ao exposto, e tendo em conta que a Autoridade Tributária ainda pode recorrer da decisão, a Administração considera possível não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Inspeção Tributária, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão. Contudo, estes factos serão considerados futuramente e não são totalmente controlados pela Empresa.

Relativamente ao processo comum nº1579/15.8T8VIS, por sentença proferida pela 1ª instância a Termalitur e o Município de S. Pedro do Sul foram condenados solidariamente a pagar aos médicos Dr. Aires Leal, Dra. Helena Sousa e Dr. Virgílio Ruas a quantia, até ao limite máximo de 68.351,64€, que se vier a liquidar em execução de sentença, a título de danos materiais, e a quantia de 12.500€ a título de danos morais. A Termalitur e o Município de S. Pedro do Sul interpuseram recurso daquela sentença, que está pendente de decisão pelo tribunal da relação de Coimbra. Não procedeu à constituição de qualquer provisão, porque a 31 de dezembro de 2017 foi celebrado um acordo entre a Termalitur e o Município, em que este reconhece que o pagamento daquela quantia, se vierem a ser condenados, é da sua responsabilidade. Relativamente a este processo, existe um acordo entre a Empresa e o Município de São Pedro do Sul, datado de 31 de dezembro de 2017, em que este último reconhece que caso a



Termalitur venha a ser condenada, o pagamento do referido montante será da sua responsabilidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da entidade em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a Sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo à sua capacidade diferenciadora face à concorrência e aos apoios que recebe do Município de S.P. Sul.

## 14-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do Art. 25º dos Estatutos da Empresa e tendo-se apurado para o ano de 2018, um Resultado Líquido positivo no valor de 35.040,42 Euros, propõe-se que o resultado tenha a seguinte aplicação;

- Reserva Legal                      1.760,00 Euros
- Resultados transitados            33.282,42 Euros

## 15-Acontecimentos Subsequentes

### 15.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia **22 de março de 2019**. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

### 15.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Contudo, conforme já referido, foi conhecida a 28 de fevereiro de 2019 a sentença de uma ação judicial que se encontrava em curso contra a Entidade, no âmbito de uma fiscalização em sede de IVA por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, onde foi absolvida de efetuar as liquidações de IVA requeridas e respetivos juros compensatório, com a salvaguarda de que a Autoridade Tributária ainda pode recorrer da decisão.

### 15.3 Alteração de Membro do Conselho de Administração

Através da ata 26/2019 da Assembleia Geral da Termalitur, em 19/03/2019, foi nomeada a Dr.ª. Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, para Vogal do Conselho de Administração, em substituição da Dr.ª. Maria de Fátima Duarte Almeida Pinho.



## 16-CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração gostaria de expressar o seu agradecimento a todos os que, de uma forma direta ou indireta, colaboram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e sua equipa;
- Ao Fiscal Único e a sua equipa;
- Aos nossos aquistas, que continuam a revelar plena confiança nos serviços prestados;
- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da Empresa.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Termalístur.

Apresentam-se, de seguida as demonstrações financeiras individuais relativas ao ano findo, em 31 de dezembro de 2018, que compreendem o Balanço individual, a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual de alterações do capital Próprio, a Demonstração individual dos fluxos de caixa e o respetivo Anexo.

Termas de S. Pedro do Sul, 22 de março de 2019

O Conselho de Administração

  
\_\_\_\_\_  
(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)

  
\_\_\_\_\_  
(Dr. Fernando Varando Aido - Vogal)

  
\_\_\_\_\_  
(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

## 17-ANEXO AO RELATÓRIO

### **Publicidade de participações dos Membros de Órgão de Administração – Art.º 447º do Código da Sociedade Comerciais**

**1.1 - Ações Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade;**

1.1.1 Os membros dos órgãos sociais não detinham nem transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade no ano de 2017.

**1.2 Ações Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração;**

1.2.1 Não existem ações detidas ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos de gestão sociais da sociedade exerçam funções de administração.

Termas de S. Pedro do Sul, 22 de março de 2019

O Conselho de Administração



(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)



(Dr. Fernando Varando Aido - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

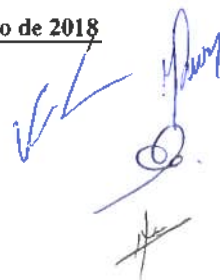
*Handwritten signature*



# TERMAS DE S. PEDRO DO SUL

**Demonstrações Financeiras**



Handwritten signatures in blue ink, including a large checkmark and several cursive signatures.

# **Termalitur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.**

## **Demonstrações Financeiras**

**para o ano findo em 31 de dezembro de 2018**


**ÍNDICE**

|                                                                                                                          |          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Balanco em 31 de dezembro de 2018 .....                                                                                  | 4        |
| Demonstração das Alterações no Capital Próprio no ano findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 .....                       | 7        |
| ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....                                       | 8        |
| 1.    Identificação da entidade .....                                                                                    | 8        |
| 2.    Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....                                        | 8        |
| <b>2.1 Referencial contabilístico.....</b>                                                                               | <b>8</b> |
| <b>2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido</b>                        |          |
| <b>derrogadas .....</b>                                                                                                  | <b>9</b> |
| <b>2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos</b>                           |          |
| <b>conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior .....</b>                                                  | <b>9</b> |
| 3.    Principais políticas contabilísticas.....                                                                          | 10       |
| 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....                                          | 10       |
| a) Ativos intangíveis .....                                                                                              | 10       |
| 3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior |          |
| impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:.....                                                    | 20       |
| 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro .....                                                                    | 21       |
| 3.4 Principais fontes de incerteza .....                                                                                 | 22       |
| 4.    Fluxos de caixa.....                                                                                               | 22       |
| 4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:.....                                | 22       |
| 5.    Ativos Intangíveis.....                                                                                            | 22       |
| 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis.....                                                              | 22       |
| 6.    Ativos fixos tangíveis .....                                                                                       | 24       |
| 6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:.....                                                                      | 24       |
| 6.2. Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos durante                        |          |
| o período, e depreciações acumuladas no final do ano; .....                                                              | 26       |
| 7.    Locações .....                                                                                                     | 26       |
| 7.1. Locações financeiras - locatários:.....                                                                             | 26       |
| 8.    Outros investimentos financeiros.....                                                                              | 27       |
| 9.    Inventários .....                                                                                                  | 27       |
| 9.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas .....                   | 27       |
| 10.   Réditos .....                                                                                                      | 28       |
| 10.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período: .....                              | 28       |
| 10.2 Vendas e prestações de serviços por mercado: .....                                                                  | 28       |
| 11.   Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo .....                                    | 28       |

|       |                                                                                                                                               |    |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 11.1. | Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo..... | 28 |
| 12.   | Acontecimentos após a data do balanço.....                                                                                                    | 29 |
| 12.1. | Autorização para a emissão.....                                                                                                               | 29 |
| 12.2. | Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço.....                                                                         | 29 |
| 12.3. | Alteração de Membro do Conselho de Administração.....                                                                                         | 29 |
| 13.   | Impostos sobre o rendimento.....                                                                                                              | 30 |
| 13.1. | Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos.....                                                                                 | 30 |
| 13.2. | Relacionamento entre gasto / rendimento de imposto e lucro contabilístico.....                                                                | 30 |
| 13.3. | Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.....                                  | 30 |
| 14.   | Instrumentos financeiros.....                                                                                                                 | 30 |
| 14.1. | Ativos e passivos financeiros.....                                                                                                            | 30 |
| 14.2. | Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros.....                                                                  | 35 |
| 14.3. | Montante de capital social.....                                                                                                               | 35 |
| 14.4. | Ações representativas do capital social.....                                                                                                  | 35 |
| 14.5. | Variação do número de ações em circulação durante o período.....                                                                              | 35 |
| 14.6. | Reserva Legal.....                                                                                                                            | 35 |
| 14.7. | Outras Reservas.....                                                                                                                          | 36 |
| 14.8. | Resultados transitados.....                                                                                                                   | 36 |
| 14.9. | Outras variações do capital próprio.....                                                                                                      | 36 |
| 15.   | Benefícios dos empregados.....                                                                                                                | 36 |
| 16.   | Divulgações exigidas por diplomas legais.....                                                                                                 | 37 |
| 17.   | Outras informações.....                                                                                                                       | 38 |
| 17.1. | Estado e outros entes públicos.....                                                                                                           | 38 |
| 17.2. | Fornecimentos e serviços externos.....                                                                                                        | 39 |
| 17.3. | Outros rendimentos.....                                                                                                                       | 40 |
| 17.4. | Outros gastos.....                                                                                                                            | 41 |
| 17.5. | Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....                                                                                   | 41 |

**Balanço individual em 31 de dezembro de 2018**

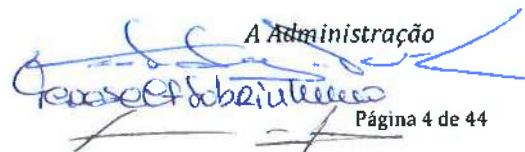
Valores em cêntimos de euro

| RUBRICAS                                     | Notas      | 31.dez.18            | 31.dez.17            |
|----------------------------------------------|------------|----------------------|----------------------|
| <b>ATIVO</b>                                 |            |                      |                      |
| <b>Ativo não corrente</b>                    |            |                      |                      |
| Ativos fixos tangíveis                       | 6          | 13 564 329,61        | 14 011 602,25        |
| Ativos intangíveis                           | 5          | 20 097,82            | 20 024,80            |
| Outros investimentos financeiros             | 8          | 7 809,34             | 8 092,26             |
|                                              |            | <b>13 592 236,77</b> | <b>14 039 719,31</b> |
| <b>Ativo corrente</b>                        |            |                      |                      |
| Inventários                                  | 9          | 210 530,34           | 249 885,65           |
| Clientes                                     | 14.1.1.1.  | 28 295,08            | 42 506,00            |
| Estado e outros entes públicos               | 17         | 25 743,91            | 37 932,40            |
| Outros créditos a receber                    | 14.1.1.2   | 193 643,38           | 759 032,43           |
| Diferimentos                                 | 14.1.1.3   | 64 385,80            | 66 223,36            |
| Caixa e depósitos bancários                  | 4.1        | 54 714,26            | 36 976,56            |
|                                              |            | <b>577 312,77</b>    | <b>1 192 556,40</b>  |
| <b>Total do Ativo</b>                        |            | <b>14 169 549,54</b> | <b>15 232 275,71</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>             |            |                      |                      |
| <b>Capital próprio</b>                       |            |                      |                      |
| Capital subscrito                            | 14.3       | 4 559 379,00         | 4 559 379,00         |
| Reservas legais                              | 14.6       | 23 904,45            | 23 904,45            |
| Outras reservas                              | 14.7       | 4 248,48             | 4 248,48             |
| Resultados transitados                       | 14.8       | -1 548 210,59        | -1 542 050,14        |
| Outras variações no capital próprio          | 14.9       | 119 526,54           | 39 864,02            |
| <b>Resultado líquido do período</b>          | DR         | 35 040,42            | -6 160,45            |
| <b>Total do Capital Próprio</b>              |            | <b>3 193 888,30</b>  | <b>3 079 185,36</b>  |
| <b>PASSIVO</b>                               |            |                      |                      |
| <b>Passivo não corrente</b>                  |            |                      |                      |
| Financiamentos obtidos                       | 7/14.1.2.1 | 8 221 502,84         | 7 409 371,15         |
| Outras dividas a pagar                       | 14.1.2.4   | 34 701,56            | 11 573,72            |
|                                              |            | <b>8 256 204,40</b>  | <b>7 420 944,87</b>  |
| <b>Passivo corrente</b>                      |            |                      |                      |
| Fornecedores                                 | 14.1.2.2   | 1 307 274,83         | 1 916 791,80         |
| Estado e outros entes públicos               | 17         | 53 781,81            | 110 120,74           |
| Financiamentos obtidos                       | 14.1.2.1   | 1 153 202,05         | 2 524 691,91         |
| Outras dividas a pagar                       | 14.1.2.3   | 192 723,30           | 174 015,27           |
| Diferimentos                                 | 14.1.2.5   | 12 474,85            | 6 525,76             |
|                                              |            | <b>2 719 456,84</b>  | <b>4 732 145,48</b>  |
| <b>Total do Passivo</b>                      |            | <b>10 975 661,24</b> | <b>12 153 090,35</b> |
| <b>Total do capital Próprio e do Passivo</b> |            | <b>14 169 549,54</b> | <b>15 232 275,71</b> |

O Contabilista Certificado



A Administração



## Demonstração individual dos Resultados por naturezas do ano findo em 31 de dezembro de 2018

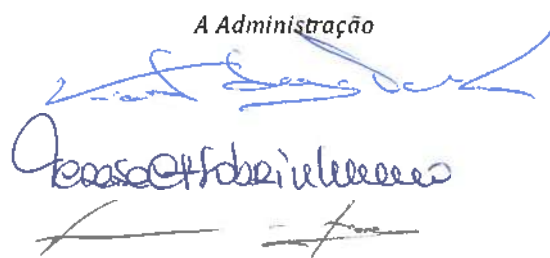
Valores em cêntimos de euro

| Rúbricas dos rendimentos e gastos                                          | Nota | 31.dez.18         | 31.dez.17         |
|----------------------------------------------------------------------------|------|-------------------|-------------------|
| Vendas e Prestações de Serviços:                                           | 10.1 | 4 290 842,29      | 4 404 335,14      |
| Subsídios à exploração                                                     | 11.1 | 34 263,93         | 57 334,83         |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                   | 9    | -102 018,52       | -95 089,01        |
| Fornecimentos e serviços externos                                          | 17.2 | -1 527 010,94     | -2 254 682,45     |
| Gastos com o pessoal                                                       | 15   | -2 004 517,77     | -2 165 723,53     |
| Outros rendimentos                                                         | 17.3 | 112 776,07        | 801 954,36        |
| Outros gastos                                                              | 17.4 | -79 176,69        | -73 673,56        |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |      | <b>725 158,37</b> | <b>674 455,78</b> |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                           | 5/6  | -527 502,19       | -535 986,16       |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> |      | <b>197 656,18</b> | <b>138 469,62</b> |
| Juros e gastos similares suportados                                        | 14.2 | -145 076,15       | -138 469,62       |
| <b>Resultado antes de impostos</b>                                         |      | <b>52 580,03</b>  | <b>0,00</b>       |
| Imposto sobre o rendimento do período                                      | 13   | -17 539,61        | -6 160,45         |
| <b>Resultado líquido do período</b>                                        |      | <b>35 040,42</b>  | <b>-6 160,45</b>  |

O Contabilista Certificado



A Administração





**Demonstração individual de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2018**

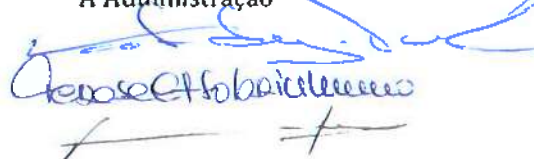
Valores em cêntimos de euro

| Rubricas                                                      | Períodos           |                     |
|---------------------------------------------------------------|--------------------|---------------------|
|                                                               | 2018               | 2017                |
| <b><u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u></b>     |                    |                     |
| Recebimentos de clientes                                      | 4 305 053,20       | 4 607 945,45        |
| Pagamentos a fornecedores                                     | -2 238 546,13      | -1 748 027,45       |
| Pagamentos ao pessoal                                         | -1 973 365,44      | -2 030 729,51       |
| <b>Caixa gerada pelas operações</b>                           | <b>93 141,63</b>   | <b>829 188,49</b>   |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento           | -8 215,08          | -2 354,95           |
| Outros recebimentos/pagamentos                                | 716 142,41         | 230 639,70          |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>        | <b>801 068,96</b>  | <b>1 057 473,24</b> |
| <b><u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u></b>  |                    |                     |
| Pagamentos respeitantes a:                                    |                    |                     |
| Ativos fixos tangíveis                                        | -75 190,56         | -177 651,82         |
| Ativos intangíveis                                            | -5 112,01          | -6 004,88           |
|                                                               | -80 585,49         | -190 160,45         |
| Recebimentos provenientes de:                                 |                    |                     |
| Ativos fixos tangíveis                                        | 592,00             | 90,00               |
|                                                               | 5 475,81           | 4 036,71            |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>     | <b>-75 109,68</b>  | <b>-186 123,74</b>  |
| <b><u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u></b> |                    |                     |
| Recebimentos provenientes de:                                 |                    |                     |
| Financiamentos obtidos                                        | 3 670 000,00       | 2 230 000,00        |
|                                                               | 3 670 000,00       | 2 230 000,00        |
| Pagamentos respeitantes a:                                    |                    |                     |
| Financiamentos obtidos                                        | -4 232 166,53      | -2 946 060,08       |
| Juros e gastos similares                                      | -146 055,05        | -143 943,16         |
|                                                               | -4 378 221,58      | -3 090 003,24       |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)</b>    | <b>-708 221,58</b> | <b>-860 003,24</b>  |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>          | <b>17 737,70</b>   | <b>11 346,26</b>    |
| <b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>         | <b>36 976,56</b>   | <b>25 630,30</b>    |
| <b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>            | <b>54 714,26</b>   | <b>36 976,56</b>    |

O Contabilista Certificado



A Administração



## Demonstração individual das Alterações no Capital Próprio no ano findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em cêntimos de euro

## Demonstração das alterações no Capital Próprio - Ano 2018

|                                     |               | Capital Subscrito | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio Subsídios | Outras variações no capital próprio PID | Resultado líquido do período | Total do capital próprio |
|-------------------------------------|---------------|-------------------|-----------------|-----------------|------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| <b>Posição no Início do Período</b> | 1             | 4 559 379,00      | 23 904,45       | 4 248,48        | -1 542 050,11          | 51 437,74                                     | -11 573,72                              | -6 160,45                    | 3 079 185,36             |
| <b>Alterações no período:</b>       |               |                   |                 |                 |                        |                                               |                                         |                              |                          |
| Reconhecimento Subsídio             |               |                   |                 |                 |                        | 111 886,68                                    |                                         |                              | 111 886,68               |
| Imputação de subsídios              |               |                   |                 |                 |                        | -1006,32                                      |                                         |                              |                          |
| Ajustamento por impostos diferidos  |               |                   |                 |                 |                        |                                               | -23 127,01                              |                              |                          |
| Aplicação de resultados             |               |                   |                 |                 | 6 160,15               |                                               |                                         | 6 160,45                     |                          |
|                                     | 2             |                   |                 |                 | 6 160,15               | 102 790,36                                    | -23 127,01                              | 6 160,45                     | 111 886,68               |
| <b>Resultado Líquido do Período</b> | 3             |                   |                 |                 |                        |                                               |                                         | 35 040,42                    | 35 040,42                |
| <b>Posição no fim 2018</b>          | 4 = 1 + 2 + 3 | 4 559 379,00      | 23 904,45       | 4 248,48        | -1 540 210,59          | 154 228,10                                    | -34 701,56                              | 35 040,42                    | 3 193 888,30             |

O Contabilista Certificado

A Administração

## Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Ano de 2017

|                                          | Notas         | Capital Subscrito | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio Subsídios | Outras variações no capital próprio PID | Resultado líquido do período | Total do capital próprio |
|------------------------------------------|---------------|-------------------|-----------------|-----------------|------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| <b>Posição no Início do Período 2017</b> | 1             | 4 559 379,00      | 23 904,45       | 4 248,48        | -1 540 011,40          | 62 589,78                                     | -14 082,70                              | -4 035,84                    | 3 093 988,87             |
| <b>Alterações no período:</b>            |               |                   |                 |                 |                        |                                               |                                         |                              |                          |
| Imputação de subsídios                   |               |                   |                 |                 |                        | 11 152,01                                     |                                         |                              | 11 152,01                |
| Ajustamento por impostos diferidos       |               |                   |                 |                 |                        |                                               | 2 508,98                                |                              | 2 508,98                 |
| Aplicação de resultados                  |               |                   |                 |                 | -1 035,81              |                                               |                                         | -4 035,84                    |                          |
|                                          | 2             |                   |                 |                 | -1 035,81              | 11 152,01                                     | 2 508,98                                | -4 035,84                    | -8 643,06                |
| <b>Resultado Líquido do Período</b>      | 3             |                   |                 |                 |                        |                                               |                                         | 6 160,15                     | 6 160,15                 |
| <b>Posição no fim do período 2017</b>    | 4 = 1 + 2 + 3 | 4 559 379,00      | 23 904,45       | 4 248,48        | -1 542 050,14          | 51 437,74                                     | -11 573,72                              | -6 160,45                    | 3 079 185,36             |

O Contabilista Certificado

A Administração

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

### 1. Identificação da entidade

A Termalístur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. (doravante designada por Termalístur ou Empresa), é uma sociedade Anónima, com sede na Praça Dr. António José de Almeida, Várzea S. Pedro do Sul, constituída em 8 de janeiro de 2004, como Empresa Municipal, foi transformada em S.A. durante o ano de 2013, e tem como atividade principal a gestão e exploração de equipamentos termais. A Empresa é detida a 100% pelo Município de S. Pedro do Sul.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC/NCRF), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC/NCRF), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e

respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

## **2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

## **2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

Chama-se a atenção para o facto de no ano 2017 a Entidade ter reconhecido um valor na rubrica “Outros rendimentos” referente a uma compensação financeira, prevista nos termos do nº1 e 2, do art.40º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, onde diz que “sem prejuízo do disposto no nº5, no caso de resultado líquido antes de imposto se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do ano em causa”. No ano 2017, essa compensação financeira para equilíbrio de resultados totalizou o montante de 673.197,24 euros. (Nota 14.1.1.2 e 17.3)

### 3. Principais políticas contabilísticas

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

##### a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente projetos de desenvolvimento e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo).

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período que varia entre 3 e 10 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

A Empresa efetua para todos os seus ativos intangíveis com vida útil indefinida, testes de imparidade sempre que existam indícios de forma a comparar a sua quantia recuperável com a quantia escriturada. A Empresa revê anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, de forma a verificar se os acontecimentos e circunstâncias que apoiam numa avaliação de vida útil indefinida para esse ativo se mantem. Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".



**b) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

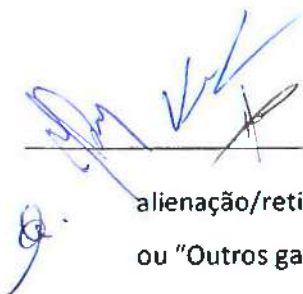
|                                | Anos de vida útil |
|--------------------------------|-------------------|
| Edifícios e outras construções | 10 - 50           |
| Equipamento básico             | 8 - 50            |
| Equipamento administrativo     | 3 - 8             |
| Outros ativos fixos tangíveis  | 4 - 10            |

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

A Empresa revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de



---

alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

#### c) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "*Financiamentos obtidos*", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

#### d) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a forma de custeio utilizada é o custo médio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "*Imparidade de inventários (perdas/reversões)*". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Em conformidade com a legislação aplicável, a empresa utiliza o sistema de inventário permanente.

---

**e) Instrumentos financeiros**

***i. Dívidas de terceiros***

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

***ii. Financiamentos e gastos com financiamentos***

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis;
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

### *iii. Dívidas a terceiros*

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

---

**iv. Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.





**f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

**g) Rédito**

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser

fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.


Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

#### **h) Subsídios do Governo**

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Conforme referido na FAQ n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 15/04/2013, não existe qualquer diferença



temporária tributável no caso da contabilização em capitais próprios de subsídios não reembolsáveis, mas existe lugar à contabilização de uma obrigação (um passivo), isto é, um crédito na rubrica “Outras dividas a pagar – não corrente” e um débito na rubrica “Outras variações em capitais próprios”. Em função do reconhecimento do subsídio ao rendimento, esta obrigação reverte por contrapartida da rubrica “Outras dividas a pagar – não corrente”

No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

#### **i) Imposto sobre o rendimento do período**

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos nos períodos de 2010 e 2011, de cinco anos para os períodos de 2012 e 2013, e doze anos para os períodos posteriores, sendo possível a sua dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 10% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.



  
 j) **Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, as férias e subsídio de férias do ano de 2018 a que os trabalhadores têm direito em função do trabalho realizado nesse ano, devem ser liquidadas a partir de 1 de janeiro de 2019, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo no ano de 2018.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

**k) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

**3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos



futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Previsão para férias e subsídio de férias;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

Por decisão da Administração, no período de 2015, foram alterados os períodos de vida útil dos seguintes ativos:

- Os edifícios “Silo-Auto” e “Complexo do Gerós” passaram a depreciar à quota mínima (o período de vida útil duplicou);
- Foi efetuada a separação das lojas do balneário D. Afonso Henriques do restante edifício (em função da área) passando estas a depreciar à taxa de 1% por estarem afetas ao comércio.

Durante o período de 2017 a Empresa recorreu a um perito independente para que efetuasse uma avaliação dos períodos de vida útil dos ativos referidos, tendo-se verificado que os mesmos estariam dentro dos intervalos razoáveis face a diversos fatores como as condições e estado de uso dos ativos. (Nota 6.2)

### 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.4 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

## 4. Fluxos de caixa

### 4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

|                   | 2018             | 2017             |
|-------------------|------------------|------------------|
| Caixa             |                  | 0,02             |
| Depósitos à ordem | 54 714,26        | 36 976,54        |
|                   | <b>54 714,26</b> | <b>36 976,56</b> |

## 5. Ativos Intangíveis

### 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

| Ativos Intangíveis-Outros   | Vida útil | Taxa de Amortização |
|-----------------------------|-----------|---------------------|
| Projetos de desenvolvimento | 3         | 33,33%              |
| Propriedade industrial      | 3         | 33,33%              |
| Programas de Computador     | 3         | 33,33%              |

b) Os elementos dos ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha reta durante um período que varia entre 3 e 5 anos.

c) Os ativos intangíveis e o valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados apresentam a seguinte decomposição por classe:

|                                  | 31 de dezembro de 2018    |                          |                  | 31 de dezembro de 2017    |                          |                  |
|----------------------------------|---------------------------|--------------------------|------------------|---------------------------|--------------------------|------------------|
|                                  | Quantia escriturada bruta | Amort. Acum. Perdas imp. | Valor Líquido    | Quantia escriturada bruta | Amort. Acum. Perdas imp. | Valor Líquido    |
| <b>Ativos intangíveis-Outros</b> |                           |                          |                  |                           |                          |                  |
| Projectos de desenvolvimento (i) | 757 455,66                | 748 983,41               | 8 472,25         | 752 343,65                | 747 433,35               | 4 910,30         |
| Software                         | 38 812,03                 | 27 186,46                | 11 625,57        | 38 812,03                 | 23 697,53                | 15 114,50        |
| Propriedade industrial           | 627,30                    | 627,30                   |                  | 627,30                    | 627,30                   |                  |
| Outras activos intangíveis       |                           |                          |                  |                           |                          |                  |
| <b>Totais</b>                    | <b>796 894,99</b>         | <b>776 797,17</b>        | <b>20 097,82</b> | <b>791 782,98</b>         | <b>771 758,18</b>        | <b>20 024,80</b> |

d) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis do período de 2018 e 2017 são os que se seguem:

| 31 de dezembro de 2017           |                         |                         |                        |                    |
|----------------------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------|--------------------|
|                                  | Projectos de desenvolv. | Programas de computador | Propriedade industrial | Total              |
| <b>Quantia escriturada bruta</b> |                         |                         |                        |                    |
| Saldo em 01.01.2017              | 746 451,06              | 38 812,03               | 627,30                 | 785 890,39         |
| Adições                          | 5 892,59                |                         |                        | 5 892,59           |
| <b>Saldo em 31.12.2017</b>       | <b>752 343,65</b>       | <b>38 812,03</b>        | <b>627,30</b>          | <b>791 782,98</b>  |
| <b>Amortizações acumuladas</b>   | <b>1 504 687,30</b>     |                         | <b>1 254,60</b>        |                    |
| Saldo em 01.01.2017              | -746 451,06             | -18 090,67              | -627,30                | -765 169,03        |
| Adições                          | -982,29                 | -5 606,86               |                        | -6 589,15          |
| <b>Saldo em 31.12.2017</b>       | <b>-747 433,35</b>      | <b>-23 697,53</b>       | <b>-627,30</b>         | <b>-771 758,18</b> |
| <b>Quantia escriturada</b>       | <b>757 253,95</b>       | <b>15 114,50</b>        |                        | <b>20 024,80</b>   |

| 31 de dezembro de 2018           |                         |                         |                        |                    |
|----------------------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------|--------------------|
|                                  | Projectos de desenvolv. | Programas de computador | Propriedade industrial | Total              |
| <b>Quantia escriturada bruta</b> |                         |                         |                        |                    |
| Saldo em 01.01.2018              | 752 343,65              | 38 812,03               | 627,30                 | 791 782,98         |
| Adições                          | 5 112,01                |                         |                        | 5 112,01           |
| <b>Saldo em 31.12.2018</b>       | <b>757 455,66</b>       | <b>38 812,03</b>        | <b>627,30</b>          | <b>796 894,99</b>  |
| <b>Amortizações acumuladas</b>   |                         |                         |                        |                    |
| Saldo em 01.01.2018              | -747 433,35             | -23 697,53              | -627,30                | -771 758,18        |
| Adições                          | -1 550,06               | -3 488,93               |                        | -5 038,99          |
| <b>Saldo em 31.12.2018</b>       | <b>-748 983,41</b>      | <b>-27 186,46</b>       | <b>-627,30</b>         | <b>-776 797,17</b> |
| <b>Quantia escriturada</b>       | <b>8 472,25</b>         | <b>11 625,57</b>        |                        | <b>20 097,82</b>   |

O aumento na rubrica "Projetos de desenvolvimento" refere-se a vários testes efetuados na fase de desenvolvimento e nova formulação da linha dermocosmética AQVA.

## 6. Ativos fixos tangíveis

### 6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

#### a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

#### b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta e por duodécimos. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

#### c) Vidas úteis e taxas de depreciação usados:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

| Ativos tangíveis               | Vida útil | Taxa de depreciação |
|--------------------------------|-----------|---------------------|
| Edifícios e outras construções | 10 - 50   | 2% - 10%            |
| Equipamento básico             | 8 - 50    | 2% - 12,5%          |
| Equipamento administrativo     | 3 - 8     | 12,5% - 33,3%       |
| Outros ativos fixos tangíveis  | 4 - 10    | 25% - 100%          |

#### d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

### 31 de dezembro de 2017

|                                | Terrenos e Rec.<br>Naturais | Edifícios outras<br>construções | Equipamento<br>básico | Equipamento<br>Administrativo | Outros ativos fixos<br>tangíveis | Investimentos<br>em curso | Total                |
|--------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------|-------------------------------|----------------------------------|---------------------------|----------------------|
| Saldo em 01.01.2017            | 3 959 860,57                | 11 819 973,94                   | 3 668 959,32          | 185 331,62                    | 329 573,31                       | -                         | 19 963 698,76        |
| Adições                        | -                           | 61 287,21                       | 69 401,64             | 8 303,55                      | 8 352,51                         | 34 528,02                 | 181 872,93           |
| Alienações                     | -                           | -                               | -25 229,15            | -                             | -4 642,29                        | -                         | -29 871,44           |
| <b>Saldo em 31.12.2017</b>     | <b>3 959 860,57</b>         | <b>11 881 261,15</b>            | <b>3 713 131,81</b>   | <b>193 635,17</b>             | <b>333 283,53</b>                | <b>34 528,02</b>          | <b>20 115 700,25</b> |
| <b>Depreciações acumuladas</b> |                             |                                 |                       |                               |                                  |                           |                      |
| Saldo em 01.01.2017            | -                           | -2 687 747,42                   | -2 475 237,27         | -163 298,04                   | -277 720,63                      | -                         | -5 604 003,36        |
| Adições                        | -                           | -289 685,99                     | -219 631,68           | -4 979,46                     | -15 099,88                       | -                         | -529 397,01          |
| Alienações                     | -                           | -                               | 24 796,15             | -                             | 4 506,22                         | -                         | 29 302,37            |
| <b>Saldo em 31.12.2017</b>     | <b>-</b>                    | <b>-2 977 433,41</b>            | <b>-2 670 072,80</b>  | <b>-168 277,50</b>            | <b>-288 314,29</b>               | <b>-</b>                  | <b>-6 104 098,00</b> |
| <b>Quantia escriturada</b>     | <b>3 959 860,57</b>         | <b>8 903 827,74</b>             | <b>1 043 059,01</b>   | <b>25 357,67</b>              | <b>44 969,24</b>                 | <b>34 528,02</b>          | <b>14 011 602,25</b> |

## 31 de dezembro de 2018

|                                  | Terrenos e Rec.<br>Naturais | Edifícios e outras<br>construções | Equipamento<br>básico | Equipamento<br>Administrativo | Outros ativos fixos<br>tangíveis | Investimentos<br>em curso | Total                |
|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|-----------------------|-------------------------------|----------------------------------|---------------------------|----------------------|
| <b>Quantia escriturada bruta</b> |                             |                                   |                       |                               |                                  |                           |                      |
| Saldo em 01.01.2018              | 3 959 860,57                | 11 881 261,15                     | 3 713 131,81          | 193 635,17                    | 333 283,53                       | 34 528,02                 | 20 115 700,25        |
| Adições                          |                             | 3 246,48                          | 33 203,50             |                               | 6 410,48                         | 32 330,10                 | 75 190,56            |
| Alienações                       |                             |                                   | -63 232,60            | -10 130,45                    |                                  | -189,54                   | -73 552,59           |
| <b>Saldo em 31.12.2018</b>       | <b>3 959 860,57</b>         | <b>11 884 507,63</b>              | <b>3 683 102,71</b>   | <b>183 504,72</b>             | <b>339 504,47</b>                | <b>66 858,12</b>          | <b>20 117 338,22</b> |
| <b>Depreciações acumuladas</b>   |                             |                                   |                       |                               |                                  |                           |                      |
| Saldo em 01.01.2018              |                             | -2 977 433,41                     | -2 670 072,80         | -168 277,50                   | -288 314,29                      |                           | -6 104 098,00        |
| Adições                          |                             | -283 737,96                       | -222 346,15           | -4 953,30                     | -11 425,79                       |                           | -522 463,20          |
| Alienações                       |                             |                                   | 63 232,60             | 10 130,45                     | 189,54                           |                           | 73 552,59            |
| <b>Saldo em 31.12.2018</b>       |                             | <b>-3 261 171,37</b>              | <b>-2 829 186,35</b>  | <b>-163 100,35</b>            | <b>-299 550,54</b>               | <b>-</b>                  | <b>-6 553 008,61</b> |
| <b>Quantia escriturada</b>       | <b>3 959 860,57</b>         | <b>8 623 336,26</b>               | <b>853 916,36</b>     | <b>20 404,37</b>              | <b>39 953,93</b>                 | <b>66 858,12</b>          | <b>13 564 329,61</b> |

As adições ao ativo fixo tangível em 2018 foram as seguintes:

- Na rubrica “edifícios e outras construções”: foram efetuadas obras no Balneário D. Afonso Henriques no valor de 3.246,48 euros.
- Na rubrica “equipamento básico” foram efetuadas diversas reparações nos elevadores e adquirido diversos aparelhos de ar condicionado, e banheira de hidromassagem, que totalizaram o montante de 33.203,50 euros.
- Na rubrica “outros ativos fixos tangíveis”: foi adquirida uma tubagem para geotermia, um bebedouro e uma cortina hospitalar branca, totalizando o investimento a quantia de 6.410,48 euros.
- Na rubrica “Investimentos em curso” foram contabilizadas mais despesas com o projeto de arquitetura e de elaboração das candidaturas, associados a programas de incentivos ao turismo, no valor de 32.330,10 euros, em 2018 e em 2017, foi contabilizado 34.528,02€.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis” é composta em cerca de 80% por terrenos e imóveis. O Balneário D. Afonso Henriques foi adquirido ao Município de S. Pedro do Sul, pelo montante de 13.475.087 Euros, em março de 2008. Este imóvel encontra-se hipotecado pelo montante de 13.750.000 euros a favor da Caixa Geral de Depósitos, instituição que financiou a sua aquisição global com as seguintes condições:

- Prazo: 20 anos (com 1 ano de carência de capital);
- Taxa de Juro: Euribor a 6 mês + *spread* de 1,2%.

O valor de aquisição do “Silo Auto” resulta de um aumento de capital social por entrada em espécie, ocorrido em março de 2008. Existe uma hipoteca sobre este imóvel a favor da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL como garantia do empréstimo de uma conta corrente caucionada, contraída no montante de 700.000 Euros.



O valor de aquisição do complexo "Gerós" resulta de um contrato de locação financeira celebrado com o Santander em novembro de 2006, com as seguintes condições de financiamento:

- Valor total do financiamento: 400.000 Euros +26.000 Euros (IMT)
- Nº de rendas mensais: 180;
- Valor residual: 20% do montante contratado;
- Taxa de Juro: Euribor a 3 meses + spread de 0,145%

A rubrica de "Equipamento básico" inclui bens de funcionamento da estrutura balnear, nomeadamente: postos de hidromassagem, postos de massagem subaquática, banheiras de hidromassagem, estufas de vapor à coluna, tribunas de duche de jato, duches de efusão, emanatórios coletivos, postos de aerossol sónico, postos de nebulização, postos de irrigação nasal, postos de pulverização, entre outros.

#### 6.2. Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos durante o período, e depreciações acumuladas no final do ano;

| Descrição                      | Depreciações do ano |                   | Depreciações acumuladas |                     |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|---------------------|
|                                | 2018                | 2017              | 2018                    | 2017                |
| Edifícios e outras construções | 283 737,96          | 289 685,99        | 3 261 171,37            | 2 977 433,41        |
| Equipamento básico             | 222 346,15          | 219 631,68        | 2 829 186,35            | 2 670 072,80        |
| Equipamento de transporte      |                     |                   |                         |                     |
| Equipamento administrativo     | 4 953,30            | 4 979,46          | 163 100,35              | 168 277,50          |
| Outros activos fixos tangíveis | 11 425,79           | 15 099,88         | 299 550,54              | 288 314,29          |
| <b>Totais</b>                  | <b>522 463,20</b>   | <b>529 397,01</b> | <b>6 553 008,61</b>     | <b>6 104 098,00</b> |

Por decisão da Administração, no período de 2015, foram alterados os períodos de vida útil de alguns ativos (ver nota 3.2)

## 7. Locações

### 7.1. Locações financeiras - locatários:

#### a) Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo:

| Bens adquiridos com recurso a locação financeira | Locadora                    | 2018              |                         |                   |                  |
|--------------------------------------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|------------------|
|                                                  |                             | Valor contrato    | Amortizações acumuladas | valor em dívida   | Valor residual   |
| Contrato 1003402                                 | Banco Santander Totta, S.A. | 426 000,00        | 271 579,26              | 154 420,74        | 85 200,00        |
|                                                  |                             | <b>426 000,00</b> | <b>271 579,26</b>       | <b>154 420,74</b> | <b>85 200,00</b> |

Este contrato de Leasing financia a aquisição do prédio Urbano-Termas-Lote 1. O imóvel possui 1 piscina, 3 campos de ténis, um quiosque e campos de futebol, teve início em 10-11-2006 e o seu término é em 10-11-2021.

**b) Reconciliação entre o valor total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:**

Conforme descrito na nota 14.1.2., o passivo corrente relativo a este contrato representa 24.430,80 euros e passivo não corrente a quantia de 129.989,94 euros.

| Plano de reembolso | 2018              |                 |                   |
|--------------------|-------------------|-----------------|-------------------|
|                    | Capital           | Juros           | Total             |
| Menos de um ano    | 24 430,80         | 1 930,26        | 26 361,06         |
| 1 a 2 anos         | 24 919,42         | 1 624,87        | 26 544,29         |
| 2 a 3 anos         | 105 070,52        | 1 624,87        | 106 695,40        |
|                    | <b>154 420,74</b> | <b>5 180,01</b> | <b>159 600,75</b> |

## 8. Outros investimentos financeiros

O valor contabilizado na conta "Outros ativos financeiros" é relativo a entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho.

## 9. Inventários

### 9.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

|             | 31-dez-18         | 31-dez-17         |
|-------------|-------------------|-------------------|
| Mercadorias | 210 530,34        | 249 885,65        |
|             | <b>210 530,34</b> | <b>249 885,65</b> |

|                                    | 2018              | 2017             |
|------------------------------------|-------------------|------------------|
|                                    | Mercadorias       | Mercadorias      |
| Inventário inicial                 | 249 885,65        | 217 618,37       |
| Compras                            | 71 164,12         | 131 304,78       |
| Regularização Inventários          | -8 500,91         | -3 948,49        |
| Inventário final                   | 210 530,34        | 249 885,65       |
| Custo Exist. vendidas e Consumidas | <b>102 018,52</b> | <b>95 089,01</b> |

A rubrica "Inventários de Mercadorias" compreende artigos de merchandising, aparelhos para tratamentos e produtos de dermocosmética.



|                   | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|-------------------|-------------|-------------|
| Vendas            | 208 552,85  | 208 836,81  |
| % custo da venda  | 48,92%      | 45,53%      |
| % Margem s/ venda | 51,08%      | 54,47%      |

Como se verifica, a margem diminuiu cerca de 3,39%, em relação ao ano de 2017, explicada pelo facto de ter existido um maior valor de ofertas e de quebras, 8.500,91 euros, [2017: 3.948,49 euros].

## 10. Réditos

### 10.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

|                              | <u>2018</u>         | <u>2017</u>         | <u>Variação</u>    |
|------------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|
| <b>Mercadorias</b>           |                     |                     |                    |
| Aparelhos                    | 30 353,76           | 31 960,86           | -1 607,10          |
| Merchandising                | 11 639,82           | 13 415,50           | -1 775,68          |
| Dermocosmética               | 166 559,27          | 163 460,45          | 3 098,82           |
|                              | <u>208 552,85</u>   | <u>208 836,81</u>   | <u>-283,96</u>     |
| <b>Prestação de serviços</b> |                     |                     |                    |
| Balneoterapia                | 3 070 146,83        | 3 134 690,05        | -64 543,22         |
| Fisioterapia                 | 330 286,34          | 383 396,22          | -53 109,88         |
| Bem-estar                    | 204 201,00          | 191 829,47          | 12 371,53          |
| Consultas                    | 465 760,00          | 477 440,00          | -11 680,00         |
| Diversos                     | 11 895,27           | 8 142,59            | 3 752,68           |
| <b>Volume de negócios</b>    | <u>4 082 289,44</u> | <u>4 195 498,33</u> | <u>-113 208,89</u> |
| <b>reedito</b>               | <u>4 290 842,29</u> | <u>4 404 335,14</u> | <u>-113 492,85</u> |

### 10.2 Vendas e prestações de serviços por mercado:

Todas as transações foram efetuadas no mercado interno.

Comparativamente com o período de 2017, o rédito da Empresa em 31 de dezembro de 2018, diminuiu 113.492,85 Euros, que se traduz numa redução de 2,58% em relação ao período anterior.

## 11. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

### 11.1. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

**Subsídios reconhecidos em "Outros rendimentos"**

| Descrição                | 2018              | 2017              |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
|                          | Capitais próprios | Capitais próprios |
| Subsídio ao investimento |                   |                   |
| ADDLAP                   | 60,90             | 60,90             |
| NESTPOLIS                | 9 035,42          | 11 091,14         |
| <b>Total</b>             | <b>9 096,32</b>   | <b>11 152,04</b>  |

**Subsídios reconhecidos em "Subsídios à exploração"**

| Descrição                                                  | 2018                       | 2017                       |
|------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
|                                                            | Demonstração de resultados | Demonstração de resultados |
| IEFP - Subsídios estágios e estímulos à criação de emprego | 32 098,41                  | 49 579,11                  |
| ARPT                                                       | 2 165,52                   | 7 755,72                   |
| <b>Total</b>                                               | <b>34 263,93</b>           | <b>57 334,83</b>           |

**12. Acontecimentos após a data do balanço****12.1. Autorização para a emissão**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 22 de março de 2019. No entanto, o acionista poderá em Assembleia-Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

**12.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço**

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Contudo, conforme já referido, foi conhecida a 28 de fevereiro de 2019 a sentença de uma ação judicial que se encontrava em curso contra a Entidade, no âmbito de uma fiscalização em sede de IVA por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, onde foi absolvida de efetuar as liquidações de IVA requeridas e respetivos juros compensatório, com a salvaguarda de que a Autoridade Tributária ainda pode recorrer da decisão.

**12.3. Alteração de Membro do Conselho de Administração**

Através da ata 26/2019 da Assembleia Geral da Termalistor, em 19/03/2019, foi nomeada a Dr.ª. Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, para Vogal do Conselho de Administração, em substituição da Dr.ª. Maria de Fátima Duarte Almeida Pinho.

### 13. Impostos sobre o rendimento

#### 13.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

| Gastos/rendimentos | 2018      | 2017     |
|--------------------|-----------|----------|
| Impostos correntes | 17 539,61 | 6 160,45 |

#### 13.2. Relacionamento entre gasto / rendimento de imposto e lucro contabilístico.

| Descrição                                                           | 2018      | 2017      |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|
| 1 - Resultado contabilístico do período (antes de impostos)         | 52 580,03 | 0,00      |
| Acréscimos à matéria colectável                                     | 17 824,57 | 13 993,51 |
| Abates à matéria colectável                                         | -6 783,40 | -572,57   |
| Base de cálculo do IRC                                              | 63 621,20 | 13 420,94 |
| 2 - Imposto corrente (Tx. Reduzida)                                 | 2 550,00  | 2 550,00  |
| 3 - Imposto corrente (Tx. Normal)                                   | 10 210,45 | 0,00      |
| 5 - Derrama                                                         | 954,32    | 201,31    |
| 6 - Tributações autónomas                                           | 3 824,84  | 3 140,74  |
| 7 - IRC de períodos anteriores e juros compensatórios               | 0,00      | 3 045,00  |
| 8 - Total do imposto do Período                                     | 17 539,61 | 6 160,45  |
| 9 - Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento [9 = (8) / 1 x 100] | 33,36%    | -         |

#### 13.3. Explicação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

No ano de 2018, a taxa efetiva e imposto foi de 33,36%, em virtude dos acréscimos que se verificaram à matéria coletável e ao valor das tributações autónomas.

No ano de 2017, o imposto sobre o rendimento foi de 6.160,45 Euros, para um resultado antes de imposto nulo.

### 14. Instrumentos financeiros

#### 14.1. Ativos e passivos financeiros

##### 14.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor nominal (custo amortizado semelhante ao valor nominal)

| Ativos financeiros mensurados ao valor nominal | 2018              | 2017              |
|------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Clientes                                       | 28 295,09         | 42 506,00         |
| Outras créditos a receber                      | 193 643,38        | 759 032,43        |
| Diferimentos                                   | 64 385,80         | 66 223,36         |
| <b>Totais</b>                                  | <b>286 324,27</b> | <b>867 761,79</b> |



**14.1.1.1. Clientes**

A rubrica clientes corresponde a dívidas a receber de clientes do mercado nacional.

**14.1.1.2 Outros créditos a receber**

| Descrição                                 | 2018              | 2017              |
|-------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Turismo de Portugal                       | 111 886,68        | 0,00              |
| Processos Tribunal                        | 40 826,43         | 40 826,43         |
| IEFP                                      | 28 294,85         | 30 644,58         |
| Saldos devedores de fornecedores          | 7 114,57          | 6 224,76          |
| ARPT                                      | 2 165,52          | 0,00              |
| Adiantamentos a fornecedores              | 2 090,30          | 0,00              |
| Outros valores a receber - Pessoal        | 1 034,01          | 21,47             |
| Outros Valores a receber - diversos       | 231,02            | 20,00             |
| Compensação fin. p/ equilíbrio financeiro | 0,00              | 673 197,24        |
| Açoreana                                  | 0,00              | 7 370,22          |
| Acrescimo rendimentos - outros            | 0,00              | 727,73            |
| <b>Total</b>                              | <b>193 643,38</b> | <b>759 032,43</b> |

A variação desta rubrica deve-se, essencialmente, à diminuição da subrubrica "Compensação Fin. p/ equilíbrio financeiro" dado que, neste ano, não foi preciso acionar o nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto (Nota 2.3 e 17.3).

O valor a receber "Turismo de Portugal" diz respeito a um subsídio que foi aprovado em julho de 2018 e que diz respeito a um Programa Valorizar, criado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, de 28 de outubro, tem por objetivo promover a contínua qualificação dos destinos através da regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e para a valorização do património cultural e natural do país.

A rubrica "Processos Tribunal" corresponde a diversos pagamentos que a empresa teve que suportar relacionados com o processo do IVA, nomeadamente Imposto de selo do Penhor no valor de 26.971,70 euros, IRC no valor de 5.123,53 euros e custas judiciais no valor de 8.731,20 euros, mantiveram-se inalteráveis.

## 14.1.1.3 Diferimentos

| Diferimentos                  | Períodos         |                  |
|-------------------------------|------------------|------------------|
|                               | 2018             | 2017             |
| <b>Ativos:</b>                |                  |                  |
| Seguros pagos antecipadamente | 11 710,24        | 14 579,06        |
| Fardamento                    | 17 188,46        | 7 595,77         |
| Material de escritório        | 2 909,27         | 2 555,40         |
| Limpeza e higiene             | 3 404,68         | 3 509,53         |
| Mat. Cons. Reparação          | 897,64           | 1 928,73         |
| Outros                        | 28 275,51        | 36 054,87        |
| <b>Total</b>                  | <b>64 385,80</b> | <b>66 223,36</b> |

Esta rubrica inclui a especialização de encargos com seguros e a capitalização de gastos com a aquisição de materiais, os quais, à data de 31 de dezembro de 2018, não se encontravam consumidos.

A rubrica "outros" inclui, nomeadamente, turcos e material de tratamento não consumidos.

## 14.1.2. Passivos financeiros mensurados ao valor nominal

| Rubricas                             | Períodos            |                     |                      |                     |                     |                      |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
|                                      | 2018                |                     |                      | 2017                |                     |                      |
|                                      | Não corrente        | Corrente            | Total                | Não corrente        | Corrente            | Total                |
| Conta corrente caucionada CA Central | 0,00                | 280 000,00          | 280 000,00           | 0,00                | 650 000,00          | 650 000,00           |
| Conta corrente caucionada CA Lafões  | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                | 950 000,00          | 950 000,00           |
| Empréstimo CA (56062094324)          | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                | 152 613,31          | 152 613,31           |
| Empréstimo CA (56064687325)          | 1 590 521,68        | 92 038,89           | 1 682 560,57         | 0,00                | 0,00                | 0,00                 |
| Empréstimo CGD                       | 6 500 991,22        | 753 924,00          | 7 254 915,22         | 7 254 950,41        | 747 647,80          | 8 002 598,21         |
| Locação financeira                   | 129 989,94          | 24 430,80           | 154 420,74           | 154 420,74          | 24 430,80           | 178 851,54           |
| Saldos bancários credores            | 0,00                | 2 808,36            | 2 808,36             | 0,00                | 0,00                | 0,00                 |
| <b>total</b>                         | <b>8 221 502,84</b> | <b>1 153 202,05</b> | <b>9 374 704,89</b>  | <b>7 409 371,15</b> | <b>2 524 691,91</b> | <b>9 934 063,06</b>  |
| Fornecedores                         |                     | 1 307 274,83        | 1 307 274,83         |                     | 1 916 791,80        | 1 916 791,80         |
| Outras contas a pagar                |                     | 192 723,30          | 192 723,30           |                     | 174 015,27          | 174 015,27           |
| Diferimentos                         |                     | 12 474,85           | 12 474,85            |                     | 6 525,76            | 6 525,76             |
| <b>Totais</b>                        | <b>8 221 502,84</b> | <b>2 665 675,03</b> | <b>10 887 177,87</b> | <b>7 409 371,15</b> | <b>4 622 024,74</b> | <b>12 031 395,89</b> |

## 14.1.2.1. Empréstimos

O empréstimo em regime de conta corrente caucionada, no Crédito Agrícola Central, foi renovado a 26/11/2017, no montante de 700.000€, pelo prazo de 355 dias, a uma taxa de juro Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 3,5%, junto da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, estando a 31 de dezembro de 2018, utilizada no montante de 280.000€.

Em 12/03/2018, foi negociado um novo empréstimo com o Crédito Agrícola, no valor de 1.750.000,00 euros pelo período de 180 meses, com uma taxa de 3,5%, que permitiu liquidar a conta caucionada de 950.000,00 euros e reforçar a tesouraria da Empresa.

Conseguiu-se desta forma reduzir os financiamentos no passivo corrente.

Remete-se para a nota 6 do Anexo, a informação disponível sobre o empréstimo obtido junto da Caixa Geral de Depósitos.

O valor inscrito em locações financeiras não corrente refere-se ao contrato de leasing detalhado na nota 7 do Anexo.

A Empresa está a dar total cumprimento aos planos financeiros associados aos empréstimos contratados com as instituições financeiras.

#### 14.1.2.2. Fornecedores

| Designação                                     | 2018                | 2017                |
|------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Câmara Municipal de S. P. S.                   | 1 285 033,31        | 1 879 939,90        |
| Contisystems - Tecnologias de Informação, S.A. | 5 313,60            | 5 313,60            |
| Jornal do Centro - Legenda Transparente, Lda   | 4 674,00            |                     |
| Coslab-Laboratório, Lda                        | 3 268,92            |                     |
| Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.      | 2 544,17            | 278,80              |
| Outros de pequeno montante                     | 6 440,83            | 31 259,50           |
|                                                | <b>1 307 274,83</b> | <b>1 916 791,80</b> |

Em 31 de dezembro de 2018, e 2017, aproximadamente 98% do saldo de fornecedores é referente ao único acionista da Empresa, o Município de São Pedro do Sul (MSPS). Este montante é relativo à exploração do balneário RDA, a qual foi protocolada em 12 de fevereiro de 2004, por um prazo de trinta anos e entrou em vigor em 15 de março de 2004, segundo a "Cláusula nº 11" do referido protocolo. O MSPS transfere para a Termalístur, a gestão do referido balneário, bem como todos os bens e equipamentos nele existentes.

A gestão compreende toda a gestão económica e financeira no que concerne ao pessoal, prestação e venda de serviços e bens, que são prestados fundamentalmente na aplicação de tratamentos que impliquem a utilização de água mineral natural e meios complementares para fins terapêuticos e outros serviços colaterais.

Em março do corrente período e após pedido ao Município de redução da renda baseada na aplicação do VPT, articulando o n.º 2 do Art.º 54º do Novo Regime do Arrendamento Urbano, referente a arrendamentos para fins não habitacionais e respetiva remissão para as alíneas a) e b) do n.º 2 do Art.º 34º do mesmo diploma, obteve-se um parecer favorável do mesmo, tendo a renda reduzido dos 65.940,57 euros para 8.100,00 euros.

## 14.1.2.3. Outras dívidas a pagar corrente

|                                         | 2018              | 2017              |
|-----------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Remunerações a liquidar (ferias e sub.) | 159 485,86        | 128 341,04        |
| Imi a liquidar                          | 16 214,32         | 25 461,06         |
| Eletricidade                            | 12 397,78         | 0,00              |
| Juros a liquidar                        | 3 310,90          | 4 220,14          |
| Outros                                  | 1 171,03          | 12 338,26         |
| Saldos credores (clientes)              | 14,45             | 0,11              |
| Fornecedores de Investimento            | 0,00              | 3 554,70          |
| Pessoal                                 | 128,96            | 99,98             |
| <b>Total</b>                            | <b>192 723,30</b> | <b>174 015,27</b> |

Esta rubrica inclui, nomeadamente:

- Estimativa para férias e subsídio de férias no montante de 159.485,86 euros, tendo esta aumentado devido à atualização do salário mínimo nacional;
- Especialização do Imposto Municipal sobre Imóveis no montante de 16.214,32 euros;
- Especialização de diversos encargos no montante de 12.397,78 euros, registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos (eletricidade, PT, Vodafone, etc.);
- Especialização de juros suportados no montante de 3.310,90 euros, referentes aos financiamentos;

## 14.1.2.4. Outras dívidas a pagar não corrente

Os valores inscritos nesta rubrica referem-se aos passivos por impostos diferidos, referentes aos valores dos subsídios aos investimentos (ver nota 14.9)

## 14.1.2.5. Diferimentos

| Diferimentos          | Períodos         |                 | Variação        | Var. %        |
|-----------------------|------------------|-----------------|-----------------|---------------|
|                       | 2018             | 2017            |                 |               |
| <b>Passivos:</b>      |                  |                 |                 |               |
| Estágios a reconhecer | 12 474,85        | 6 525,76        | 5 949,09        | 91,16%        |
| <b>Total</b>          | <b>12 474,85</b> | <b>6 525,76</b> | <b>5 949,09</b> | <b>91,16%</b> |

Esta rubrica inclui os rendimentos a reconhecer relativos aos subsídios do IEFP.

**14.2. Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros**

A Empresa não apresenta rendimentos de juros para os ativos financeiros.

O total de gastos de juros para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

**a) Gastos de juros para passivos financeiros:**

| RUBRICAS                       | Períodos          |                   |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
|                                | 2018              | 2017              |
| Juros suportados               | 136 764,97        | 131 901,19        |
| Outros gastos de financiamento | 8 311,18          | 6 568,43          |
|                                | <u>145 076,15</u> | <u>138 469,62</u> |

O aumento desta rubrica deve-se à contratação de uma nova linha de crédito no valor de 1.750.000 Euros, conforme referido na nota 14.1.2.1.

**14.3. Montante de capital social**

A 31 de dezembro de 2018, a Empresa detinha um capital social de 4.559.379 Euros, estando totalmente realizado, sendo detido a 100% pelo Município de S. Pedro do Sul.

O montante de capital inclui uma entrada em espécie de 1.239.043 Euros, referente ao imóvel designado "Silo Auto".

**14.4. Ações representativas do capital social**

A 31 de dezembro de 2018, a Empresa detinha um capital social de 4.559.379 ações, ao valor nominal de 1 euros por ação, integralmente realizadas.

**14.5. Variação do número de ações em circulação durante o período**

Não houve variação do número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2018.

**14.6. Reserva Legal**

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.



**14.7. Outras Reservas**

O valor constante desta rubrica, compreende os resultados de anos anteriores, que por decisão do Conselho de Administração e das várias Assembleias Gerais, deliberaram constituir reservas livres, com os resultados obtidos nos diversos períodos.

**14.8. Resultados transitados**

Esta rubrica inclui os resultados líquidos dos anos anteriores.

**14.9. Outras variações do capital próprio**

Os movimentos ocorridos no ano apresentam-se no seguinte quadro:

| Descritivo                                  | 2018          |            |           | Saldo final |
|---------------------------------------------|---------------|------------|-----------|-------------|
|                                             | Saldo inicial | Aumento    | Imputação |             |
| Subsídios ao investimento                   | 51 437,74     | 111 886,68 | 9 096,32  | 154 228,10  |
| Subsidio Adlap                              | 2 314,17      | 0,00       | 60,90     | 2 253,27    |
| Subsidio Nestpolis                          | 49 123,57     | 0,00       | 9 035,42  | 40 088,15   |
| Subsidio Termalismo + inclusivo             | 0,00          | 111 886,68 | 0,00      | 111 886,68  |
| Ajustamentos Impostos diferidos             | 11 573,72     | 25 174,50  | 2 046,66  | 34 701,56   |
| Subsidio Adlap                              | 520,92        | 0,00       | 13,70     | 507,22      |
| Subsidio Nestpolis                          | 11 052,80     | 0,00       | 2 032,96  | 9 019,84    |
| Subsidio Termalismo + inclusivo             | 0,00          | 25 174,50  | 0,00      | 25 174,50   |
| Subsídios após efeito de impostos diferidos | 39 864,02     | 86 712,18  | 7 049,66  | 119 526,54  |

**15. Benefícios dos empregados****PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS**

| Descrição                                                             | 2018                    |                             |
|-----------------------------------------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|
|                                                                       | Número médio de pessoas | Número de horas trabalhadas |
| <b>Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:</b>  | 176                     | 293 627                     |
| Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa                             | 176                     | 293 627                     |
| Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa                         | 0                       |                             |
| <b>Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:</b>            |                         |                             |
| Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO                        | 176                     | 293 627                     |
| Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo | 176                     | 293 627                     |
| Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL                         | 0                       |                             |
| Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial  |                         |                             |
| <b>Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:</b>                       |                         |                             |
| Homens                                                                | 39                      | 65 065                      |
| Mulheres                                                              | 118                     | 196 863                     |

Os gastos com o pessoal estão detalhados no quadro a seguir:

| Descrição                                                | Periodos            |                     | Variação           |               |
|----------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|---------------|
|                                                          | 2018                | 2017                | Absoluta           | % face a 2017 |
| Gastos com o pessoal                                     |                     |                     |                    |               |
| Remunerações dos órgãos sociais                          | 46 403,86           | 37 854,14           | 8 550              | 22,6%         |
| Remunerações do pessoal                                  | 1 555 557,79        | 1 653 311,89        | (97 754)           | (5,9%)        |
| Encargos sobre remunerações                              | 332 426,27          | 347 283,69          | (14 857)           | (4,3%)        |
| Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais | 18 595,48           | 16 030,66           | 2 565              | 16,0%         |
| Outros gastos com pessoal                                | 51 534,37           | 111 243,15          | (59 709)           | (53,7%)       |
| Dos quais:                                               |                     |                     |                    |               |
| Higiene, segurança trabalho                              | 2 811,77            | 6 897,12            | (4 085)            | (59,2%)       |
| Gastos com SNS                                           | 32 901,76           | 60 662,75           | (27 761)           | (45,8%)       |
| Gastos com fardamento                                    | 3 224,13            | 11 523,76           | (8 300)            | (72,0%)       |
| Gastos com formação                                      | 11 046,00           | 30 151,80           | (19 106)           | (63,4%)       |
| Outros gastos com pessoal                                | 1 550,71            | 2 007,72            | (457)              | (22,8%)       |
|                                                          | <b>2 004 517,77</b> | <b>2 165 723,53</b> | <b>-161 205,76</b> | <b>(7,4%)</b> |

O decréscimo verificado nos gastos com Pessoal, deve-se sobretudo, à diminuição do número de colaboradores, que em termos médios foi de 157 no ano 2018, e de 176 no ano 2017.

Na rubrica "outros gasto com pessoal" está contabilizada a despesa com a prestação de serviços do Serviço Nacional de Saúde e a dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores no valor de 32.901,76 Euros (2017: 60.662,75 Euros).

## 16. Divulgações exigidas por diplomas legais

- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º da Lei nº110/09 de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2018, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2018.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Empresa não dispõe de sucursais.

O passivo corrente em 31 de dezembro de 2018 é superior ao ativo corrente em cerca de 2.142.144,07 euros (2017: 3.539.589,08 euros), contudo, a Administração entende que, os pontos expostos abaixo, atenuam o risco de liquidez e continuidade:

- No passivo corrente encontra-se registada uma dívida ao Município de S. Pedro do Sul, no valor, aproximado, de 1.285.000 euros, que será liquidada conforme os recursos disponíveis da Entidade;
- A Entidade possui uma linha de crédito referente a uma conta corrente caucionada, no valor de 280.000 euros (plafond até 700.000 Euros) que tem vindo a ser submetida todos os anos a uma renovação por mais 12 meses, não exigindo deste modo um exfluxo de recursos para liquidação da mesma no curto prazo;
- Por fim a Entidade no próximo ano ainda vai beneficiar, nos primeiros três meses, da redução da renda referente ao imóvel denominado Balneário Rainha D.<sup>a</sup> Amélia, que passou de um valor mensal de 65.941 para 8.100 Euros.

## 17. Outras informações

### 17.1. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

|                                                    | Periodos         |                   |
|----------------------------------------------------|------------------|-------------------|
|                                                    | 2018             | 2017              |
| <b>Ativo</b>                                       |                  |                   |
| Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC) | 25 743,91        | 37 932,40         |
|                                                    | <b>25 743,91</b> | <b>37 932,40</b>  |
| <b>Passivo</b>                                     |                  |                   |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)           | 15 846,85        | 12 219,61         |
| Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS) | 8 470,75         | 7 617,00          |
| Segurança Social                                   | 27 259,81        | 27 281,20         |
| Outros impostos                                    | 1 923,87         | 2 196,01          |
| Fundos de compensação trabalho                     | 280,53           | 244,17            |
| Despesas do SNS                                    |                  | 60 562,75         |
|                                                    | <b>53 781,81</b> | <b>110 120,74</b> |

A Empresa em termos de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) encontra-se submetida ao regime de “pro rata”. No decorrer de 2018, a Empresa utilizou o “pro rata provisório” de 12%, isto é, na aquisição de bens e serviços a Empresa suportou 88% do IVA.

No final do ano foi apurado o “pro rata definitivo” de 12%, não tendo havido lugar a qualquer regularização.

A diminuição do valor a pagar de despesas do SNS deve-se ao facto da Entidade neste ano já ter as suas obrigações liquidadas.

**17.2. Fornecimentos e serviços externos**

|                                                         | 2018       | 2017       | Variação    | Variação % |
|---------------------------------------------------------|------------|------------|-------------|------------|
| Serviços especializados                                 | 403 406,66 | 417 473,90 | -14 067,24  | (3,4%)     |
| Rendas e alugueres                                      | 257 607,63 | 808 811,01 | -551 203,38 | (68,1%)    |
| Electricidade                                           | 227 169,12 | 229 231,71 | -2 062,59   | (0,9%)     |
| Outros serviços especializados (Inclui animação termal) | 166 972,33 | 264 579,85 | -97 607,52  | (36,9%)    |
| Limpeza, higiene e conforto                             | 86 206,54  | 86 345,79  | -139,25     | (0,2%)     |
| Publicidade e propaganda                                | 75 080,45  | 95 600,42  | -20 519,97  | (21,5%)    |
| Material para tratamentos                               | 52 813,09  | 52 375,82  | 437,27      | (0,8%)     |
| Honorários                                              | 48 396,03  | 50 574,91  | -2 178,88   | (4,3%)     |
| Outros (Gás)                                            | 31 534,92  | 30 248,33  | 1 286,59    | (4,1%)     |
| Outros materiais                                        | 28 630,04  | 18 624,88  | 10 005,16   | (53,7%)    |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido             | 26 814,09  | 36 824,00  | -10 009,91  | (27,2%)    |
| Seguros                                                 | 24 568,81  | 40 007,51  | -15 438,70  | (38,6%)    |
| Conservação e reparação                                 | 23 476,96  | 32 586,84  | -9 109,88   | (28,0%)    |
| Despesas de representação                               | 17 023,49  | 20 758,92  | -3 735,43   | (18,0%)    |
| Serviços bancários                                      | 11 997,36  | 11 390,26  | 607,10      | (5,3%)     |
| Material de conservação e reparação                     | 11 307,51  | 16 579,92  | -5 272,41   | (31,8%)    |
| Combustíveis                                            | 8 874,14   | 5 890,73   | 2 983,41    | (50,6%)    |
| Comunicação                                             | 7 014,25   | 7 841,91   | -827,66     | (10,6%)    |
| Material de escritório                                  | 6 410,29   | 9 302,88   | -2 892,59   | (31,1%)    |
| Deslocações e estadas                                   | 3 134,36   | 5 232,52   | -2 098,16   | (40,1%)    |
| Material para bem-estar                                 | 2 955,02   | 3 994,48   | -1 039,46   | (26,0%)    |
| Água                                                    | 2 425,70   | 4 265,35   | -1 839,65   | (43,1%)    |
| Vigilância e segurança                                  | 974,30     | 2 085,95   | -1 111,65   | (53,3%)    |
| Artigos de ofertas                                      | 795,24     | 598,38     | 196,86      | (32,9%)    |
| Outros serviços                                         | 742,14     | 2 664,14   | -1 922,00   | (72,1%)    |
| Contencioso e notariado                                 | 680,47     | 548,78     | 131,69      | (24,0%)    |
| Livros e documentação técnica                           | 0,00       | 243,26     | -243,26     | (100,0%)   |
|                                                         | 1 527 011  | 2 254 682  | -727 672    | (32,3%)    |

Como se verifica no quadro acima, a maior variação verificou-se na rubrica "Rendas e alugueres" que diminui cerca de 551.203 euros, em virtude da redução da renda referente ao imóvel denominado Balneário Rainha D.<sup>ª</sup> Amélia, aprovada em assembleia geral extraordinária pelo Município de S. Pedro do Sul, passando de um valor mensal de 65.941 para 8.100 Euros.

No período de 2017 aproximadamente 36% da conta "Fornecimentos e serviços externos" referia-se à rubrica "Rendas e alugueres", no corrente período essa % passou para cerca de 17%.

Os "Serviços especializados" incluem 370.735 euros referentes a Consultas Médicas de Hidrologia e Medicina Física e Reabilitação realizadas pelo corpo clínico (2017: 381.952 euros).

Os encargos com animação termal (serviços especializados) e publicidade também tiveram reduções significativas.

## 17.3. Outros rendimentos

| RUBRICAS                                                  | Períodos          |                   |
|-----------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
|                                                           | 2018              | 2017              |
| Rendimentos suplementares                                 | 91 132,52         | 94 735,45         |
| Dos quais:                                                |                   |                   |
| Geotermia-Com Iva ded.                                    | 10 560,00         | 10 560,00         |
| Electricidade-Com Iva ded.                                | 12 177,02         | 14 945,28         |
| Cedência Espaço "Vodafone"                                | 5 096,88          | 5 096,88          |
| Cedência Exploração "Quiosque Termas"                     | 10 060,00         | 12 072,00         |
| Aluguer Salas                                             | 10 652,40         | 9 756,12          |
| Gerós                                                     | 31 363,14         | 29 822,94         |
| Cedência de Exploração Bar Gerós                          | 1 364,00          | 1 061,36          |
| Cedência Exploração "CAFÉ BAR BDAH"                       | 9 859,08          | 10 636,32         |
| Descontos de pronto pagamento obtidos                     | 1,62              | 1,03              |
| Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros | 12 518,83         | 17 683,66         |
| Dos quais:                                                |                   |                   |
| Alienações                                                | 592,00            | 0,00              |
| Sinistros                                                 | 1 500,00          | 7 370,22          |
| Fracção D                                                 | 5 916,96          | 5 851,44          |
| Fracção C-Loja Cidadão                                    | 4 509,87          | 4 462,00          |
| Subsídios ao investimento                                 | 9 096,32          | 11 152,04         |
| Compensação financeira p/ equilíbrio financeiro           | 0,00              | 673 197,24        |
| Outros                                                    | 2,46              | 5 184,94          |
| <b>Total</b>                                              | <b>112 776,07</b> | <b>801 954,36</b> |

Conforme se pode verificar, existem frações associadas ao Balneário D. Afonso Henriques que se encontram arrendadas, gerando um rendimento que, à data de 31 de dezembro de 2018, soma o montante de 10.426,83 euros (Fracção D e fração C). A fração "B" ("Café bar BDAH) encontra-se em cedência de exploração, tendo gerado um rendimento de 9.859,08 euros.

As parcelas associadas a estes arrendamentos são irrelevantes, face à dimensão total do imóvel, e não existe a possibilidade das parcelas serem vendidas de forma separada, pelo que, atendendo ao parágrafo 10 da NCRF nº11 não se encontram classificadas na rubrica "Propriedades de Investimento".

Nos termos do nº1, do art.40º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados, acrescentando o nº2, do mesmo normativo legal que " sem prejuízo do disposto no nº5, no caso de resultado líquido antes de imposto se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do ano em causa". Relativamente ao ano de 2017, a compensação financeira para equilíbrio de resultados nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, teve o valor de 673.197,24 euros. (Notas 2.3 e 14.1.1.2)



**17.4. Outros gastos**

| RUBRICAS                                                | Períodos         |                  |
|---------------------------------------------------------|------------------|------------------|
|                                                         | 2018             | 2017             |
| <b>Impostos</b>                                         | <b>41 141,06</b> | <b>43 836,98</b> |
| IMI - Imposto Municipal sobre imóveis                   | 16 214,35        | 25 461,06        |
| Imposto selo                                            | 18 938,26        | 12 524,62        |
| Taxas                                                   | 5 988,45         | 5 813,26         |
| Outros                                                  | 0,00             | 38,04            |
| <b>Descontos de pronto pagamento concedidos</b>         | <b>65,27</b>     | <b>81,09</b>     |
| <b>Perdas em inventários</b>                            | <b>680,40</b>    | <b>209,70</b>    |
| <b>Gastos e perdas em investimentos não financeiros</b> | <b>0,00</b>      | <b>479,07</b>    |
| <b>Correções relativas a períodos anteriores</b>        | <b>16 145,22</b> | <b>8 796,44</b>  |
| <b>Donativos</b>                                        | <b>0,00</b>      | <b>18,00</b>     |
| <b>Quotizações</b>                                      | <b>12 382,79</b> | <b>12 571,72</b> |
| <b>Ofertas e amostras de inventários</b>                | <b>7 377,60</b>  | <b>3 141,12</b>  |
| <b>Insuficiência estimativa para Impostos</b>           | <b>0,00</b>      | <b>4 093,83</b>  |
| <b>Outros</b>                                           | <b>1 384,35</b>  | <b>445,61</b>    |
|                                                         | <b>79 176,69</b> | <b>73 673,56</b> |

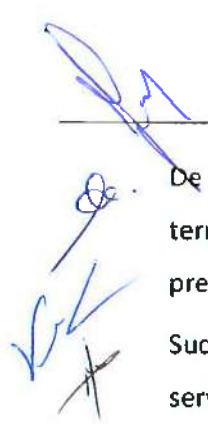
Na rubrica “correção relativas a períodos anteriores” estão incluídos entre outros os seguintes valores:

- pagamentos especiais por conta perdidos no valor de 5 897,08 euros;
- Material publicitário que era relativo a 2017, valor de 4.189,37 euros;
- Diversas faturas de pequenos montantes que totalizaram 6.058,77 euros.

**17.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Relativamente à ação administrativa especial pretensão conexa atos administrativos nº265/13.8BEVIS, a correr os seus termos no TAF de Viseu, no valor de 22.377,26€, em que é autor o STAL-Sindicato dos trabalhadores de Administração Local não se registou qualquer provisão, uma vez que a Administração considera possível não vir a ser condenada, tendo em 28 de fevereiro de 2017 o Tribunal Administrativo e fiscal de Viseu proferido sentença favorável à Termalístur. Está a correr recurso no Tribunal Central Administrativo do Norte.

Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Autoridade Tributária e Aduaneira - Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014 e cujo valor total das alterações efetuadas se estima em, aproximadamente, 3.525.000 Euros.



De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIVA, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucedo que, de acordo com a informação nº 2141, do SIVA, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIVA, devendo, no entanto, ficar fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas pela hotelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa se mantém atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na Informação Vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIVA, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por "correções técnicas", vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

A 24/03/2016 de acordo com o disposto no nº2 do Artº 76, Artº 99 e al. E), do nº1, do Artº102 do CPPT e Artº 137 do CIRC, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IRC e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em

falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto “IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais”. Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalitur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição.

Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalitur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo supra, que obteve o seguinte desfecho;

*“julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, conseqüentemente,*

*a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;*

*b. Absolve-se a Fazenda Publica do pedido de indemnização por garantia indevida e de condenação como litigante de ma-fe.*

*ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de ma-fe a impugnante, fixando-se estas em UC (cfr. Artº 9527 do CPC aplicável a viarL 2. do CPPT, nfl 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa 11 cio RCP);*

*iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Publica, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% [cfr. arL 527 do CPC aplicável ar v/arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela.*

Face ao exposto, e tendo em conta que a Autoridade Tributária ainda pode recorrer da decisão, a Administração considera que a empresa não será penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Inspeção Tributária, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão. Contudo, estes factos serão considerados futuramente e não são totalmente controlados pela Empresa.

Relativamente ao processo comum nº 1579/15.8T8VIS, por sentença proferida pela 1ª instância a Termalitur e o Município de S. Pedro do Sul foram condenados solidariamente a pagar aos médicos Dr. Aires Leal, Dra. Helena Sousa e Dr. Virgílio Ruas a quantia, até ao limite máximo de 68.351,64€, que se vier a liquidar em execução de sentença, a título de danos materiais, e a quantia de 12.500€ a título de danos morais. A Termalitur e o Município de S. Pedro do Sul interpuseram recurso daquela sentença, que está pendente de decisão pelo tribunal da relação de Coimbra. Não procedeu

à constituição de qualquer provisão, porque a 31 de dezembro de 2017 foi celebrado um acordo entre a Termalitur e o Município, em que este reconhece que o pagamento daquela quantia, se vierem a ser condenados, é da sua responsabilidade.

Termas, 22 de março de 2019

O Conselho de Administração:



(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)

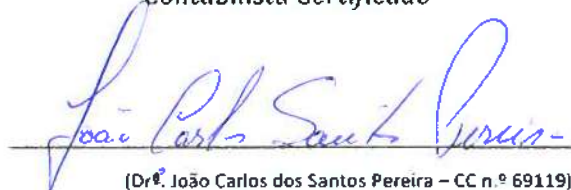


(Dr. Fernando Varando Aido - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

Contabilista Certificado



(Dr.º João Carlos dos Santos Pereira – CC n.º 69119)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO  
REFERENTE AO ANO 2018



Ao Acionista da

Entidade: TERMALISTUR – TERMAS DE S. PEDRO DO SUL, E.M., S.A.

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos na qualidade de Fiscal Único da TERMALISTUR – TERMAS DE S. PEDRO DO SUL, E.M, S.A., apresentar o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas e Proposta apresentada pela Administração da Entidade, relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2018.

Relatório:

Através de contactos estabelecidos com a Administração, bem como de esclarecimentos e de diversa informação recolhida junto dos serviços competentes, informamo-nos acerca da atividade da Entidade e da gestão do negócio desenvolvida no ano acima referido.

Procedemos à verificação da informação financeira preparada pela Entidade, efetuando as análises julgadas convenientes.

Comprovámos a adequação da aplicação do referencial contabilístico previsto no Sistema de Normalização Contabilística, em Portugal (SNC-NCRF).

Apreciámos as demonstrações financeiras individuais apresentadas que compreendem o Balanço individual, a Demonstração individual dos resultados por naturezas, as Demonstrações individuais de fluxos de caixa e das Alterações no capital próprio, e o respetivo Anexo.

Analisámos ainda o Relatório de gestão, que relata a atividade prosseguida pela Entidade no ano em apreço e cumpre com o previsto no disposto no Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Verificámos a observância da Lei e dos Estatutos da Entidade.

Procedemos aos trabalhos de revisão legal das contas da Entidade, tendo emitido a Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase, decorrente do exame realizado.



Parecer:

Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de Parecer que a Assembleia-geral Anual da Entidade:

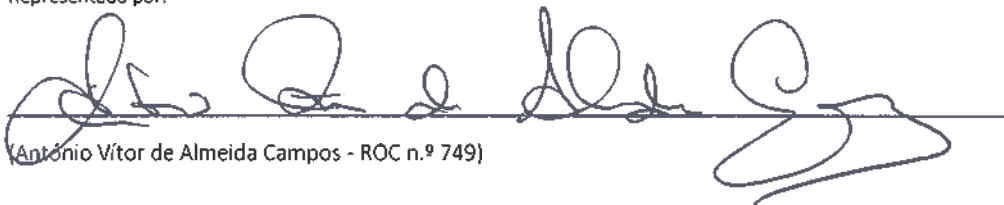
- a) Aprove o Relatório de gestão e Contas referentes ao ano findo em 31 dezembro de 2018;
- b) Aprove a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de gestão; e,
- c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Entidade.

Viseu, 28 de março de 2019

**Vitor Campos & José Pereira, S.R.O.C., Lda.**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:



António Vitor de Almeida Campos - ROC n.º 749)



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **TERMALISTUR – TERMAS DE S. PEDRO DO SUL E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 14.169.550 euros e um total de capital próprio de 3.193.888 euros, incluindo um resultado líquido de 35.040 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio e a demonstração individual dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo a 31 de dezembro de 2018 de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



## Ênfase

Chamamos a atenção para a nota 17.5 ao Anexo onde a Entidade divulga a existência de um passivo contingente, estimado, no montante, aproximado, de 3.525.000 Euros, relacionado com as alterações efetuadas pela Autoridade Tributária no decurso de uma ação de inspeção aos períodos tributários de 2010 a 2014, em sede de IRC e IVA, do qual já se obteve uma decisão favorável à Entidade em fevereiro de 2019, contudo, a contraparte pode ainda vir a recorrer da decisão.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista.



As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Viseu, 28 de março de 2019

**Vítor Campos & José Pereira, S.R.O.C., Lda.**

Representada por:

(António Vitor de Almeida Campos - ROC n.º 749)